

# IMIGRANTES NO BRASIL

## ALEMÃES

Maria da Guia Santos Gareis

EDUFCG - Campina Grande



**M**aria da Guia Santos Gareis, nasceu em 1947, na cidade de Sumé/Paraíba. Ainda muito criança a família irá viver em João Pessoa. A autora fez o ginásio e curso clássico no Liceu Paraibano. Com a mudança da família para o Recife, realizou o vestibular na Universidade Federal de Pernambuco para o curso de História, onde cursou o bacharelado, a licenciatura e, posteriormente, o mestrado em História. Em 1979 foi contemplada com uma bolsa de estudo pela Ökumenisches Studienwerk/Alemanha, realizando na Universidade Friedrich-Alexander -Erlangen/Nürnberg o doutorado em História. A tese de doutorado versa sobre as relações Brasil – Alemanha entre 1889-1914, trabalho publicado em 1984 na Alemanha. Foi professora de História da Universidade Estadual de Pernambuco, da Universidade Católica de Pernambuco e da Universidade Federal da Paraíba, onde assumiu a cadeira de professor titular na área de História do Brasil. O tema da tese para professor titular é sobre a industrialização no Nordeste, 1880-1920, trabalho publicado em 1994. Atualmente é aposentada e dedica-se a ministrar cursos, palestras e pesquisas.

ISBN 978-85-8001-036-7



9 788580 010367

# IMIGRANTES ALEMÃES NO BRASIL

Maria da Guia Santos Gareis

Campina Grande, 2012

## Ficha Técnica

*Projeto Gráfico e Editoração:* Pollyanna Campos.

*Criação e Execução da Capa:* Helder Santos de Araújo.

*Impressão:* Imprimas Soluções Gráficas.

*Tiragem:* 300 exemplares.

### Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca central da UFCG

---

G229i Gareis, Maria da Guia Santos.

Imigrantes Alemães no Brasil / Maria da Guia Santos  
Gareis. – 1. ed. – Campina Grande: EDUFCG, 2012.

122 p.

ISBN 978-85-8001-036-7

1. História. 2. Economia. 3. Imigração. I. Título

CDU 314.15(81)

---

# Índice

Agradecimento .....	4
---------------------	---

## ***I: Brasil e Alemanha no contexto da migração***

1. Alemanha: país dos emigrantes .....	6
2. Brasil: país receptor de imigrantes .....	17
2.1. A transformação do mercado de trabalho .....	17
2.2. A formação do regime republicano .....	23

## ***II. Imigrantes alemães no Brasil***

1. Política de imigração brasileira .....	30
2. Colônias alemãs no Sul do Brasil .....	35
3. Colônias oficiais .....	42
4. Colônias particulares e de sociedade .....	47
5. As sociedades de colonização .....	52
5.1. Sociedade Central de Imigração .....	52
5.2. Sociedade Promotora de Imigração .....	54

## ***III. Polêmicas e dificuldades em torno da migração***

1. Por que os alemães emigraram .....	60
2. Dificuldades enfrentadas pelos emigrantes .....	69
3. Polêmicas e propaganda em torno da migração .....	72
3.1. Os agentes negociadores e dificuldades dos emigrantes alemães .....	72
3.2. Polêmicas sobre os imigrantes alemães no Brasil .....	77

## ***IV. Intercâmbio comercial Brasil – Alemanha***

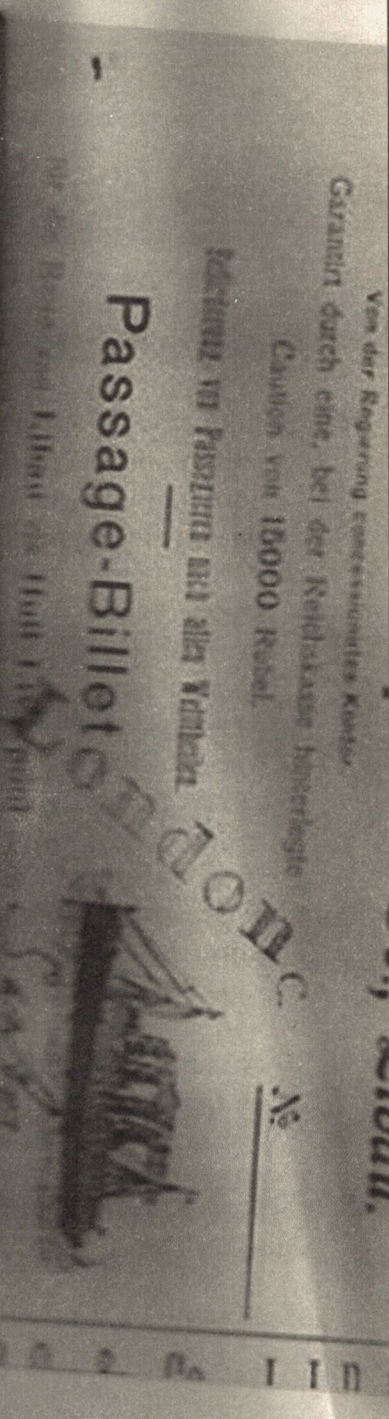
1. O tráfico de navios .....	88
2. O tráfico de mercadorias .....	92
3. Capitais e empresários alemães no Brasil .....	111

Bibliografia .....	117
--------------------	-----

## Agradecimentos

A todos que contribuíram para a publicação deste livro, como a profa. Maria do Socorro Santos de Araújo e o produtor da capa, Helder Santos de Araújo. Especiais agradecimentos ao Reitor da Universidade Federal de Campina Grande-prof. Thompson Fernandes Mariz e o Vice-Reitor-prof. José Edilson Amorim, pelo incentivo à produção acadêmica e pelos esforços dedicados à toda Universidade Federal de Campina Grande. Meus agradecimentos ao prof. Antonio Clarindo Barbosa de Souza, diretor da EDUFPG, pela dedicação e empenho para a publicação deste trabalho.





I: Brasil e Alemanha no contexto da migração

## 1. Alemanha: país dos emigrantes

No século XIX a Europa viveu a onda emigratória, e a Alemanha, a Itália e a Irlanda foram os países mais atingidos com esse fenômeno.

A Alemanha não existia anteriormente como unidade nacional, havia reinados, principados, ducados, independentes entre si. O que identificava esses povos era a língua alemã. Na idade média, predominavam os dialetos e, ainda hoje, há dialetos na Alemanha. Com a Reforma, Lutero introduziu a Bíblia em alemão. Ao uniformizar o idioma, criou-se a língua alemã, surgindo um elo comum a todos os setores políticos existentes. Em oito anos, à custa de três guerras vitoriosas, Bismarck unificou em 1871 a Alemanha em proveito da Prússia, cujo rei se tornou o imperador alemão. O Império Alemão de 1871-1918 é chamado de Novo Império (Neues Reich) de modo a indicar a sua descendência do Império Alemão entre 919 e 1806. Ao falar em emigrantes alemães, antes de 1871, faz-se referência às pessoas de fala alemão. Os passaportes da época registram a origem dos emigrantes alemães como sendo da Prússia, de Schleswig-Holstein, Renânia, Hessen, Pomerânia, etc. Como todos os emigrantes falavam a mesma língua, os documentos históricos só registram alemães.

Mantendo no império certo caráter federal, Bismarck consolidou a unidade pela anexação da Alsácia-Lorena em 1870-1871. A unidade alemã não trouxe a hegemonia ao seu próprio país, mas uma incontestável preponderância e o surgimento de uma onda de grande otimismo sobre a capacidade que o império poderia oferecer para o crescimento da economia. A anexação da Alsácia-Lorena ao Império Alemão significou um ganho muito importante para a economia, uma vez que essa região é rica em sais de potássio, pos-

suindo um solo que favorecia o desenvolvimento agrícola. Este fato permitiu que a Alemanha mantivesse o monopólio internacional desse produto natural até 1918. Nessa região existia também uma sólida indústria têxtil de algodão<sup>1</sup>.

A partir de 1835 a Alemanha começa a se expandir para a industrialização com o despertar nacionalista, com a formação do mercado unificado (Zollverein) e com a união do país mediante o aumento das linhas férreas, cujo crescimento desempenhou papel importante, pela possibilidade de transportar pessoas e também mercadorias entre as regiões e entre outros países da Europa.

No início de 1850 a Alemanha começa a viver um crescimento econômico no contexto da chamada revolução industrial, que tem na viação férrea e na indústria pesada o eixo de sua expansão. Um dos pontos decisivos para o crescimento econômico e social da Alemanha foi a construção de linhas férreas e o aumento da população. Basta lembrar que em 1845 existiam 3.280 km, mas em 1860 esse número cresceu para 11.633 km e em 1870 já existiam 19.575 km de linhas férreas construídas<sup>2</sup>. Comparando-se o aumento da construção de ferrovias na Alemanha com a Inglaterra, país onde surge a revolução industrial, verifica-se que, após 1880, a Alemanha teve um maior número de linhas férreas construídas. O aumento da rede ferroviária não só facilitou o afluxo de novos cidadãos, como também estendeu a área de abastecimento, sobretudo, de gêneros alimentícios.

A partir de 1860 o processo do desenvolvimento industrial se acelera, tendo contribuído para esse fato o crescimento populacional, o aumento da força de trabalho, o avanço tecnológico, melhoria e crescimento do setor de

<sup>1</sup> Nipperdey, Thomas. *Deutsche Geschichte: 1866-1918*. München: Verlag C. H. Beck, 1990, pp.109-145, v.1.

<sup>2</sup> Rübberdt, Rudolf. *Geschichte der Industrialisierung*. München: Verlag C. H. Beck, 1972, pp. 67.



transporte, especialmente o ferroviário e o marítimo e a expansão do mercado interno. O setor industrial beneficiava-se tanto pela oferta de mão-de-obra como também pelos baixos salários impostos à força de trabalho urbana. O crescimento da economia e da população urbana demarca o enfraquecimento da tensão demográfica entre o campo e a cidade em favor dessa última. O crescimento da população permitiu um maior dinamismo e aumento do mercado urbano, visto que a população urbana apresentou um grande crescimento em relação à população rural.

A população da Alemanha como de toda a Europa se multiplicou entre 1750 e 1870. A população europeia ascende de 140 milhões para 310 milhões nesse período. Esse aumento populacional se dá em virtude da melhoria das condições materiais e do progresso da higiene e da medicina que permite uma queda acentuada do índice de mortalidade. Entre 1870 e 1914 o aumento da população é um dos aspectos significativos do dinamismo do crescimento da Alemanha. Em 1870, havia cerca de 41 milhões de habitantes, dos quais um milhão e meio era da região da Alsácia-Lorena. Em 1910 a população do Império Alemão alcançou 58,5 milhões, embora, entre 1871 e 1896, tenha ocorrido a grande onda de emigração alemã. Entre 1871 e 1910, emigraram 2,7 milhões de pessoas da Alemanha para os países ultramarinos. Em relação a outros países europeus, a Alemanha possuía, em 1910, uma população maior do que a França com 41,5 milhões, a Grã-Bretanha com 40,8 milhões e a Itália com 36,2 milhões<sup>3</sup>.

Uma das consequências do crescimento industrial foi a mudança que a formação profissional passou a ter. Até os anos do início de 1880, a maior parte da população alemã

---

<sup>3</sup> Armengaud, André. Die Bevölkerung Europas von 1700-1914. In: Borchartdt, K. Europäische Wirtschaftsgeschichte. Tradução de Anjuta Aigner-Dünnwald, v. 3 (Die Industrielle Revolution). Stuttgart/New York: Gustav Fisch Verlag, 1976, pp.4.

vivia da agricultura mas, em 1907 a população agrícola era de 28,6%, enquanto o setor secundário possuía 42,8% e o setor terciário 28,6% da população ativa. A indústria têxtil apresenta maior crescimento e diversificação de produção em virtude das mudanças ocorridas quanto à moda do vestuário. Embora a produção agrícola apresentasse aumento de produtividade em consequência da inovação técnica, a mão-de-obra empregada nesse setor tendia, cada vez mais, a diminuir<sup>4</sup>.

A força de trabalho barata para o setor industrial era recrutada da massa de camponeses, os quais eram obrigados a emigrar para os centros urbanos, criando assim uma grande oferta de mão-de-obra no setor urbano, cujo crescimento foi alimentado pelo superpovoamento do campo, que era impotente para garantir a subsistência e oferecer trabalho à população rural. A falta de terras disponíveis, a ruína dos camponeses expropriados, expulsos de suas terras pelos usuários ou pelos bancos, alimentam o êxodo rural para as cidades. Entre 1850 e 1870 o crescimento das cidades industriais e a demanda cada vez maior de força de trabalho para a indústria e os serviços urbanos intensificam a emigração da força de trabalho da região Leste para região Sul, fazendo com que o trabalhador rural do Leste fosse uma reserva de mão-de-obra para as regiões industriais. No período de 1850 e 1870 a população da Alemanha cresce de 35 milhões para 41 milhões. Desses, vivem em 1860 cerca de 2,6 milhões nas cidades grandes com mais de 100.000 habitantes. Apesar desse crescimento rápido da população urbana, em 1873, constata-se que 2/3 da população alemã ainda vivem nas regiões agrícolas<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> Henning F. M. *Landwirtschaft und ländliche Gesellschaft in Deutschland: 1750-1976*. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1978, v.2, pp.58-148.

<sup>5</sup> Rübberdt, Rudolf, op. cit., pp. 257-264.

O tipo de trabalhador no contexto da mão-de-obra assalariada ainda não era comum na Alemanha antes de 1848. Esse tipo de trabalhador só existia nas regiões mais industrializadas, como a de Essen. Em 1914 ainda existia o camponês tradicional sob a autoridade do Junker, esta era a denominação comum no século XIX, para aristocratas que possuíam grandes propriedades de terra, especialmente na região da Prússia. Essa aristocracia agrária encontrava-se todavia, em processo de extinção. O grande proprietário de terra ainda conservava um domínio incontestável sobre a gente do campo. Essa classe controla ainda, em virtude de seu poder, várias instituições sociais, tem em mãos a maioria dos comandos militares e toma conta das embaixadas. Ela tem também o monopólio dos clubes e está ligada às igrejas. Na Alemanha unificada do Segundo Império, os Junkers são os donos da terra e controlam o Estado.

A situação do trabalhador urbano melhorou muito em consequência do crescimento da economia, por isso a massa de empregados cresce nos centros urbanos, aumentando, assim, a construção de moradias em torno da cidade industrial, para serem alugadas aos novos habitantes. Em 1867, viviam em um quarto cerca de 6 a 7 pessoas, as quais trabalhavam cerca de 16 a 18 horas por dia em troca de um salário muito baixo, que mal permitia a subsistência do trabalhador; nessa época, era normal o trabalho de crianças. A legislação social fez vários progressos sob o impulso de Bismarck. O seguro de saúde, de invalidez e de acidente foi criado entre 1883 e 1889, e posteriormente em 1911, cria-se a lei do seguro para os empregados. A Alemanha foi um dos primeiros países europeus a realizar essa legislação social.

O decênio de 1870-1880 foi uma época próspera para a agricultura, e os rendimentos do campo chegaram ao máximo. Mas, a partir de 1880, enquanto a indústria mantém o seu ritmo ascendente de progresso, a agricultura vai tendo

um crescimento mais vagaroso. Não foi o consumo que diminuiu, mas o aumento da demanda por produtos alimentícios que cresceu cada vez mais em virtude do aumento populacional e da melhoria de salários, sobretudo, no setor urbano. A economia agrícola não se moderniza no mesmo ritmo da economia industrial, a racionalização e a divisão do trabalho são muito menos aplicadas na economia agrícola, visto que nesse ramo econômico o trabalho é mais diversificado e varia ao longo do ano. A baixa rentabilidade e a crescente concorrência de mercado estimula os produtores agrícolas a diminuírem os investimentos na modernização da agricultura, o que levou a mecanização nesse setor ser mais lenta e se distanciar do setor industrial.

O crescimento da população a partir de 1870 e, conseqüentemente a maior demanda por produtos alimentícios não permitem que a produção agrícola interna da Alemanha atenda às necessidades do mercado interno, necessitando a Alemanha importar produtos agrícolas. O governo encontrava-se dividido entre agraristas, que desejavam proteger seus cereais, e as massas populares urbanas, que queriam adquirir o pão mais barato. A tarifa na Alemanha pesou mais que na França, pois a agricultura alemã fornecia apenas 74% do consumo do trigo e 93% do centeio, passando, então, a Alemanha de um país exportador de cereais para um país importador. Depois de 1900 a política aduaneira foi mais flexível, para evitar o peso que recaía sobre o consumidor. As batatas inglesas, por exemplo, eram taxadas no verão, mas no inverno eram liberadas.<sup>6</sup>

O ritmo do progresso industrial da Alemanha, após 1870, foi impressionante, e vários fatores contribuíram para esse fato: a unificação nacional, o entusiasmo coletivo, a grande expansão demográfica, a conjuntura agrária,

---

<sup>6</sup> Henning, F.-W., op. cit.



a proteção estatal, a expansão do setor ferroviário e do tráfico marítimo, a expansão do comércio interno e externo, o avanço tecnológico e a influência dos bancos. Os grandes bancos conseguiram manter a estabilidade dos preços e da produção. Depois de 1890 a concentração financeira permitiu às grandes empresas influírem nos custos das matérias-primas. Desde 1840 a Alemanha tinha desenvolvido a sua produção de carvão, e a indústria pesada viveu seu primeiro impulso entre 1871-1874, surgindo a empresas Thyssen, Stinnes, Krupp, etc.<sup>7</sup>

O fenômeno da emigração europeia, nessa época, tem fortes raízes nas mudanças econômicas e sociais. Embora a Alemanha vivenciasse um crescimento industrial, é necessário lembrar que, ainda em meados do século XIX, o setor agrário era dominante no país. O êxodo rural e a concentração de pessoas nas cidades eram fenômenos do século XIX. Os grandes centros urbanos, todavia, ainda se alimentavam com os mantimentos trazidos ao mercado semanalmente pelos camponeses das regiões circunvizinhas.

O aumento da população alemã no século XIX, não foi acompanhado com o crescimento da produção de alimentos, o que provocou um certo pessimismo e medo quanto à existência de uma superpopulação, revivendo a teoria desenvolvida por Thomas Malthus entre 1766 e 1834. Essa teoria estabelecia que o crescimento da população segue uma progressão geométrica, enquanto a produção alimentar aumenta apenas em progressão aritmética, razão por que era necessário uma limitação dos nascimentos para prevenção da fome e da miséria. Como a Alemanha havia vivido fases de pauperismo antes da industrialização,

---

<sup>7</sup> Ritter, Gerhard.A., Kocka, Jürgen (Org.) *Deutsche Sozialgeschichte: 1870-1914*. München: Verlag C. H. Beck, v. 2, 1977, pp. 11-6; Hobsbawn, Eric. J. *A era do capital (1845-1875)*. Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, pp. 49-173.

a sociedade temia uma nova onda de pobreza e de fome, o que despertou ainda mais o desejo, por parte dos trabalhadores mais pobres, de deixarem a sua pátria em busca de novas oportunidades. A massa de emigrantes até 1850 é vista, por alguns políticos e pensadores, como a solução para um equilíbrio social entre a produção e o consumo de alimentos, o que evitaria a insatisfação social na população. No começo do século XIX, ocorre um desequilíbrio entre o número da população ativa e o emprego, especialmente na agricultura e na indústria.

A pouca oferta de alimentos, em determinadas fases no decorrer do século XIX, leva a população a viver épocas de grandes penúrias, como entre 1816-17, 1845-47, quando ocorreu a grande baixa na colheita de trigo e de batatas. A escassez dos produtos alimentícios e o preço exorbitante no mercado fazem a população deixar suas terras em busca de sobrevivência.<sup>8</sup> A crise agrária levou muitas pessoas a emigrarem para as cidades mais urbanizadas, onde havia maior oportunidade de emprego no setor industrial. Outras tantas viram na emigração para além-mar uma alternativa de melhor sobrevivência. Na crise de 1816 e 1817, emigraram cerca de 20.000 pessoas da região do Império Alemão, sendo essa a primeira grande onda de emigrantes, vindo ocorrer tantas outras.

O crescimento populacional estimulou também a migração interna, especialmente a migração inter-regional, que se caracterizou pela maior saída de homens aptos ao trabalho, o que levou algumas regiões perderem parte da sua população ativa, em particular a mão-de-obra mascu-

---

<sup>8</sup> Wilhelm, Abel. *Massenarmut und Hungerkrisen im vorindustriellen Deutschland*. 2. ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977. Hoffmann, Walther G. *Das Wachstum der deutschen Wirtschaft seit der Mitte des 19. Jahrhunderts*. Berlin-Heidelberg/New York: Springer Verlag KG, 1965.

lina. O aumento da migração interna levou cidades como Berlim, Hamburgo, Stuttgart, Colônia e tantas outras a concentrarem uma enorme população. Em 1910, 21,3% da população alemã viviam nas 48 maiores cidades da Alemanha. Berlim era uma das cidades mais habitadas, contando, em 1910, com dois milhões de habitantes.<sup>9</sup>

A população concentrada nos centros urbanos e o crescimento industrial influenciaram o aumento e a diversificação do consumo. O aumento do poder aquisitivo da população permitiu o crescimento do consumo de carne, de cereais, de café, chá, chocolate e tantos outros produtos que não eram artigos de primeira necessidade. A partir de 1890 o mercado urbano atraía cada vez mais os camponeses, sobretudo os da região Leste da Alemanha, apesar dos esforços do Estado em mantê-los nas áreas agrícolas.

Bismarck não chegou a incentivar as medidas de legislação industrial, voltando-se mais para o setor agrícola. A sociedade alemã encontrava-se estruturada num grande consumo de massa, o que contribuiu para o país desenvolver o comércio interno e externo. Os vinte anos em que Bismarck atuou como chanceler foram muito importantes para o desenvolvimento do setor agrícola. Guilherme II, interessado em ampliar a ação da Alemanha, cria uma “Welt-politik” (política mundial) sob a orientação de Bismarck com o intuito de conceder domínios à Alemanha, como na África (Camarões, Tongo) etc.

As primeiras invenções técnicas da primeira fase industrial não exigiram conhecimento científico muito avançado mas, a partir da metade do século XIX, o contexto se modificou, e as inovações técnicas passaram a ter estreita ligação com a formação educacional, e o laboratório de pesquisa tornou-se parte integrante do desenvolvimento in-

---

<sup>9</sup> Ritter, Gerhard A, Kocka, Jürgen, op. cit. pp. 34.

dustrial. Na Europa ele permaneceu ligado a universidades e ou a instituições similares, como a de Ernst Abbe em Jena que desenvolveu as peças de fabricação Zeiss, as quais ainda hoje são fabricadas. A partir desse momento em diante, era quase impossível que um país onde faltasse educação de massa e instituições de educação avançada viesse a alcançar uma economia moderna. Em 1870 a Alemanha já demonstrava ter investido na educação, e seus soldados possuíam uma alfabetização bem superior, fato que definiu a vitória alemã sobre os franceses em 1870-1871. Os alemães iniciam em 1850 com a Realschule, uma escola secundária de orientação técnica, o que vem contribuir para o desenvolvimento das inovações tecnológicas no país.<sup>10</sup>

À medida que a economia atingia um maior desenvolvimento econômico, e a sociedade estruturava-se mais socialmente, crescia também o sistema de cooperativismo e o sindicalismo. Em 1883, existiam apenas 1050 cooperativas, mas em 1910 este número aumentou para 23.751 e em 1909, o sindicalismo já é triunfante com três milhões de sindicalizados.

No comércio internacional constata-se uma maior atuação da Alemanha, sobretudo a partir dos fins do século XIX. Entre 1880 e 1913 o volume comercial da Alemanha cresceu mais de três vezes, todavia, o volume da exportação diminuiu cerca de 20% do produto social bruto. Entre 1880 e 1913 a Alemanha apresenta um maior volume de importação, visto que a entrada de matérias-primas aumenta cada vez mais.

Apesar do crescimento urbano, a massa trabalhadora rural que aportava nos centros urbanos não era absorvida por esse mercado. A péssima colheita de 1816 e 1817 e de

---

<sup>10</sup> Ritter, Gerhard. A; Kocka, Jürgen, op. cit.; Hobsbawn, Eric. J., op. cit., pp. 63.



1845 e 1847 provocou um grande número de desempregados, e a fome e a pobreza atingiram milhares de pessoas, o que veio estimular a emigração desses trabalhadores para os grandes centros urbanos e ou para o Novo Mundo em busca de uma nova oportunidade de vida.<sup>11</sup>

A partir de 1880 os preços dos produtos agrícolas tendem a diminuir no mercado europeu, porque os Estados Unidos tornam-se um grande concorrente dos produtos agrícolas europeus. Na Alemanha a diminuição dos preços desses produtos estava ainda relacionada com a queda dos salários, especialmente no setor industrial. Com a queda do poder aquisitivo da mão-de-obra ativa, caiu também o poder de compra dos trabalhadores, o que influenciou a queda dos preços.<sup>12</sup> Essas mudanças políticas, econômicas e sociais além de perseguições religiosas<sup>13</sup> foram as causas impulsionadoras para a massa emigratória.

---

<sup>11</sup> Wilhelm, Abel. op. cit.

<sup>12</sup> Marschalck, Peter. Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert. Stuttgart: Ernst Verlag 1973, pp. 30-42.

<sup>13</sup> Entre o século XVII e XVIII e início do século XX muitos alemães emigraram por causa da perseguição religiosa. Alguns governos de estados alemães bem como principados viam os líderes religiosos de algumas comunidades, como ameaças para a ordem política. Comunidades religiosas, como os menonites, baptistas, defendiam que seus participantes não deviam pagar impostos porque era um meio de apoiar os conflitos armados. Essas comunidades também eram contra que seus integrantes pegassem em armas para defender o estado e ou seus principados. Muitos desses grupos religiosos emigraram para diversos países do Continente Americano, como os Estados Unidos, Brasil, Paraguai, México, etc.

## 2. Brasil: país receptor de imigrantes

### 2.1. A transformação do mercado de trabalho

Os escravos negros foram a principal força de trabalho na grande propriedade agrícola do Brasil, até fins do século XIX, mas, desde o início deste século, existia no Nordeste uma mão-de-obra excedente, formada pelos homens livres pobres, que viviam como agregados, moradores, meiros, rendeiros, etc. A condição de vida dos homens livres pobres era bastante precária, e na maioria das vezes esses homens moravam e viviam sob a tutela dos grandes proprietários de terra, o que lhes tirava grande parte da sua liberdade. Em 1817 Tollenare descreve que os lavradores são rendeiros sem escrituras de arrendamento e, como não fazem contratos, logo que tornam um terreno produtivo, o senhor de engenho tem o direito de expulsá-los sem indenização.

O tráfico internacional de escravos atravessou diversas situações que alteraram seus ritmos e estabeleceram suas rotas. Em 1807, o parlamento inglês havia declarado o fim do tráfico negreiro no Império Britânico e, motivados por interesses geopolíticos e econômicos, os antiescravistas passaram a pressionar as nações americanas, africanas e europeias em busca da abolição total de escravos. A ação repressiva da Inglaterra sobre o tráfico internacional de escravos se consolida impondo às nações escravistas a assinatura de sucessivos tratados. Em 1810 a Inglaterra se limita a restringir as áreas do tráfico lícito mas, com a ratificação desse tratado em 1827, o tráfico brasileiro se tornaria ilícito a partir de 13 de março de 1830. Um artigo adicional fixava para essa conveção um prazo de 15 anos, caso as partes não chegassem antes a um acordo.

As relações anglo-brasileiras sobre a questão do tráfico de escravos se davam sob vários impasses, e finalmente em 1845 pela lei Bill Aberdeen, o governo inglês era autorizado a mandar proceder o julgamento e a adjudicação de embarcações negreiras que trouxessem pavilhão brasileiro. Apesar das represálias inglesas, o afluxo de escravos cresce entre 1831 e 1837, aportando nas costas brasileiras uma quantidade razoável de africanos. Em 1850, o governo brasileiro promulga a lei que define a efetiva extinção do tráfico, lei que recebeu algumas medidas complementares para ajustar algumas questões relativas ainda à capturação de novos escravos, como também em relação aos meios de reprimir as últimas tentativas de introdução de escravos no Brasil. A extinção do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil, embora efetuado sob as pressões políticas e econômicas da Inglaterra, resultou também da situação interna do país, uma vez que o tráfico de escravos poderia ser dispensado como fator de crescimento, tanto sob o contexto da conjuntura internacional como nacional.<sup>14</sup>

Com o fim do comércio internacional de escravos, a lavoura em expansão procurou utilizar o braço escravo para funções essenciais, empregando nas tarefas complementares a força de trabalho nacional. Todavia, vale ressaltar que também houve a utilização de mão-de-obra especializada de homens livres de cor por ausência de brancos habilitados. Em 1881, havia na província do Rio de Janeiro 203.498 escravos no setor rural e 27.061 no serviço urbano, além de

---

<sup>14</sup> Bethel, Leslie. A abolição do tráfico de escravos no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos (1807-1869). Tradução de Vera Nunes Neves Pedroso. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1976; Beiguermann, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: Holanda, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1969, tomo II, v. 3, pp. 189-219.

45.288 sem profissão declarada. Como a mão-de-obra especializada era escassa, crescem os interesses para introduzir um maior número de imigrantes europeus, a fim de atender, sobretudo, às necessidades da grande lavoura cafeeira. Em virtude da abolição do tráfico de escravos, e a consequente diminuição do afluxo dessa mão-de-obra, os senhores de engenho, principalmente aqueles que se encontravam impossibilitados de manter uma numerosa mão-de-obra escrava, necessitaram vender seus escravos. Os fazendeiros de café em expansão adquiriram parte de seus escravos da região Nordeste e de Minas Gerais, o que fez surgir e alimentar-se um tráfico inter-regional de escravos no Brasil.

O término do tráfico de escravos para o Brasil e a abolição gradual do trabalho escravo, bem como a crise econômica dos principais produtos comerciais do Nordeste provocaram, desde o início de 1850, questionamentos quanto à reposição da força de trabalho. A promulgação da Lei do Ventre Livre (1871) e, mais tarde, as pressões abolicionistas colocaram os grandes proprietários e os políticos diante da inevitabilidade do fim da escravidão e de um mercado de trabalho livre, como a única fonte para o recrutamento de novos trabalhadores. No Nordeste muitos desses trabalhadores livres eram antigos escravos que ficaram nas regiões açucareiras. O que restou para alguns desses ex-escravos foi permanecer nas fazendas, servindo aos seus ex-senhores. Muitos ex-escravos fugiram dos engenhos, sobretudo na década de 1880, e saíram em busca de sobrevivência em outras áreas da região.

O homem livre pobre do campo, fosse ele agregado, parceiro, meeiro, morador, pequeno sitiante, arrendatário, foreiro, etc, precisava submeter-se aos caprichos e interesses do grande proprietário que monopolizava o acesso à terra. Os trabalhadores nacionais não constituíam um verdadeiro mercado de trabalho para as plantações de café, por isso os



fazendeiros de café voltaram-se para a imigração estrangeira, vista como o único modo de resolver o problema da mão-de-obra. A importação de trabalhadores livres estrangeiros era defendida pelos grandes fazendeiros com a argumentação de que o caboclo era um homem dotado de preguiça, indolência, aversão ao trabalho sistemático e rude da lavoura, enfim, havia toda uma série de preconceitos e desconfianças.

A abolição progressiva do trabalho escravo não implicou uma introdução gradual do trabalho assalariado, visto que os grandes fazendeiros defendiam e mantinham as diversas formas de trabalho semiassalariado. À medida que os grandes proprietários ficaram impedidos de adquirir escravos, em virtude da escassez e do preço exorbitante dessa força de trabalho, tentaram arregimentar os trabalhadores livres nacionais. Uma das medidas foi adquirir sementes, equipamentos, e outras necessidades para “servir” ao pequeno produtor, obrigando-o, assim, a assumir dívidas e prender-se cada vez mais ao proprietário. A transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado no Nordeste foi menos drástica do que no Sudeste, porque o complexo rural, que incluía setores de economia de subsistência ligados à economia de exportação, ocupava mais trabalhadores livres do que nas fazendas de café, embora esses homens livres trabalhassem raramente sob o regime assalariado<sup>15</sup>.

O movimento abolicionista ganha maior intensidade a partir de 1885 e, no seio das discussões, ocorreram argumentos quanto à necessidade de políticas de integração do negro à sociedade através de oportunidades educacio-

---

<sup>15</sup> Gorender, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ed. Ática, 1978, pp. 338; Beiguelmann, Paula. A formação do povo no complexo cafeeiro. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1977, p. 83; Costa, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982, p. 80; Beiguelmann, Paula. A crise do escravismo e a grande imigração, op. cit.

nais, participação política e econômica dos segmentos de cor. No entanto, a lei Áurea (1888), que aboliu a escravidão não estabeleceu responsabilidade para o Estado quanto à intermediação da integração dos ex-escravos no sistema político, econômico e social do país. Os centros urbanos foram um dos destinos de muitos ex-escravos, contudo, a falta de qualificação profissional e de formação educacional restringia as possibilidades integrativas dos ex-escravos na participação efetiva dentro da sociedade. Debilitados pela pobreza em que se encontravam, boa parte desses ex-escravos regressavam às fazendas para viver novamente sob a proteção dos grandes proprietários.<sup>16</sup>

As elites brasileiras, sobretudo os representantes da grande lavoura cafeeira, viam no imigrante europeu a possibilidade de obter mão-de-obra qualificada, uma vez que a Europa era vista por essa elite como o centro da civilização. Na colheita e no trato do cafeeiro, a mão-de-obra nacional livre não era utilizada, a não ser em casos de extrema necessidade. A derrubada das matas e a abertura para o plantio do café eram tarefas realizadas também pela força de trabalho nacional. O movimento migratório acabou vinculando-se à emergência de um mercado de trabalho livre. O sistema encontrado como alternativo para os proprietários e os imigrantes foi o sistema de empreitada, adotado nas fazendas de café de São Paulo, que na prática revelou-se favorável apenas ao proprietário. A baixa remuneração paga aos imigrantes contribuiu para que proprietários arcassem com as despesas de viagem desses imigrantes.

A vinda de emigrantes europeus estava subordinada, não só à questão do problema da mão-de-obra, mas também às ideias de introduzir a modernização no país, fazia parte

<sup>16</sup> Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. 10. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional 1970, pp. 136-141; Beiguelmann, Paula. A crise do escravismo e a grande imigração, 1982, op. cit.

dessas ideias o interesse do branqueamento da população brasileira através do imigrante europeu, em especial o alemão. Para que o colono atendesse os interesses dos proprietários, uma parte da elite agrária rejeitou a vinda de imigrantes asiáticos. Os opositores à imigração de coolies afirmavam que os chineses eram viciados, corruptos, fracos e indolentes, não sendo os mesmos proveitosos para o progresso do país.

Os dominantes da elite agrária projetaram a imagem da disciplina e do trabalho sobre o imigrante europeu. Os trabalhadores vindos da Europa eram brancos e civilizados como desejavam, e traziam com eles não apenas a força de trabalho, mas todo um conjunto de conhecimentos, de valores e de tradições culturais.

Deve ser considerado que o contingente brasileiro de trabalhadores livres era, naquela época, constituído principalmente de imigrantes estrangeiros, especialmente alemães, italianos, espanhóis e portugueses. Essas expectativas sobre o imigrante europeu se desmoronavam, quando os trabalhadores imigrantes se rebelavam contra o controle excessivo do trabalho, como ocorreu com os grevistas italianos nas atividades fabris.

Muitos dos representantes políticos não deixaram de culpar os brasileiros livres ou libertos pelos atrasos na formação do trabalho assalariado. Políticos e dirigentes do setor rural não se cansavam de denunciar que o elemento nacional era preguiçoso e inativo, considerando que a mão-de-obra nacional não constituía o mercado de trabalho desejável aos interesses da economia nacional.<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, op. cit., pp. 393; Martins, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1973.

## 2.2. A formação do regime republicano

As elites brasileiras que haviam tomado o poder em 1822, oriundas de fazendeiros e de homens de negócios, mantiveram as estruturas tradicionais de produção cuja base era o trabalho escravo e a grande propriedade. Essas elites através do sistema de clientela e patronagem consolidaram sua hegemonia sobre os demais grupos sociais.

Embora o Governo Imperial e os grandes proprietários não pretendessem realizar mudanças no sistema político, as medidas modernizadoras, contudo, eram solicitadas por diversos setores da sociedade brasileira. O progresso econômico e a expansão do mercado internacional da segunda metade do século XIX acarretaram profundo desequilíbrio entre poder econômico e poder político, e cada vez mais os setores dinâmicos da economia sentiam-se prejudicados pelas estruturas do Império. A Proclamação da República surge em consequência das transformações ocorridas no Brasil durante o Segundo Reinado. A decadência das oligarquias tradicionais, a abolição do trabalho escravo, a imigração estrangeira, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre as diversas zonas produtoras e a campanha pela federação são aspectos que contribuíram para a derrocada da Monarquia em 1889 e a louvação da formação da República. Ao lado dos grupos sociais mais progressistas, uniram-se também as camadas médias interessadas na participação política e favoráveis às mudanças do regime político.<sup>18</sup>

O Partido Republicano recrutou partidários dos grupos sociais insatisfeitos, e republicanos e abolicionistas passaram a adotar um novo estilo político. As tentativas de

---

<sup>18</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República. Momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

mobilização popular usadas pelos republicanos e abolicionistas não possibilitaram, todavia, que a República ocorresse com a colaboração das massas populares. A queda da Monarquia se dá através de um golpe militar. Os grupos adeptos à queda da Monarquia perceberam que o apoio do exército permitia a criação de um novo regime que lhes assegurasse o poder. Republicanos, abolicionistas e militares se unem para a derrubada do regime monárquico.

O golpe ao governo monárquico em 15.11.1889, dado pelos militares, sob a chefia do Marechal Deodoro da Fonseca, instala no Brasil o regime republicano. Nessa época já existiam no Brasil 77 jornais e 273 clubes republicanos. A derrocada da Monarquia ocorre ligada às crises políticas, econômicas e sociais, tendo a Questão Militar e a Questão Religiosa contribuído para a fusão das ideias republicanas e abolicionistas. O advento da República significou a implantação de um regime político que pretendia democratizar o país, acabar com as discriminações sociais e políticas e estabelecer a vontade popular. No Brasil as ideias republicanas foram influenciadas profundamente pelos ideários da Revolução Francesa, assim, o tripé liberdade, igualdade e fraternidade orientava os republicanos brasileiros.<sup>19</sup>

Com a República eliminou-se o Poder Moderador, o Senado Vitalício e o Conselho de Estado, surgindo o federalismo republicano. Mas à medida que a Carta Constituinte de 1891 restringia a cidadania política, criava possibilidades para o fortalecimento do poder da elite, tornando possível, assim, o crescimento do sistema coronelista que já vinha desde o Império. A primeira Constituição Republicana, em 1891, impôs a forma de governo federativo e a importância dos estados no controle político. Aos estados foi assegura-

---

<sup>19</sup> Quintas, Amaro. O sentido social da Revolução Praeira. 5. ed. Recife: Ed. Universitária. UFPE, 1977



do o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários.

Com o advento da República, os grupos cafeeiros em expansão, sobretudo os do Vale do Paraíba (São Paulo), estavam intrinsicamente ligados ao comércio internacional, e o objetivo deles era adquirir maior poder de liberdade política para agirem mais livres economicamente, por isso esses fazendeiros participaram efetivamente na formação do regime republicano.<sup>20</sup>

A Carta Constitucional de 1891 vem atender às necessidades de expansão econômica do país estimuladas pelo mercado externo, à medida que ela defende a autonomia regional, permite a ligação direta dos estados com o mercado internacional, sem a intervenção do Poder Central da União. Essas diretrizes correspondem, por sua vez, aos interesses dos grupos econômicos nacionais, especificamente os cafeeiros. Nos primeiros anos da República, cada grupo se organizava para defender seus interesses econômicos e sociais, e os privilégios políticos. Entretanto, mesmo que os interesses das oligarquias fossem análogos, vê-se uma divergência de participação e de poder controlador quanto à vida política do país. Os grupos econômicos da região Centro-Sul dominavam desde então o setor econômico, eles eram os grupos de maior pressão política no conjunto da estrutura brasileira.

O desenvolvimento econômico, baseado na economia agrária e exportadora, estimulou a urbanização e o desenvolvimento do mercado interno, gerando cisões entre os diversos setores da elite. As mudanças políticas e sociais vivenciadas no Brasil foram acompanhadas também pelas

<sup>20</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*, op. cit.; Beiguelmann, Paula. *O encaminhamento político do problema da escravidão no Império*, op. cit.

mudanças econômicas. Desde o governo de Dom Pedro II as ferrovias começaram, pouco a pouco, a substituir os meios de transportes tradicionais, como o lombo de burro, o carro de boi e a barcaça. A modernização se esboça em todos os setores da economia, as indústrias crescem e se diversificam. O sistema de crédito multiplica-se com a instalação de diversos bancos e empresas estrangeiras. Os investimentos nacionais e estrangeiros se encaminham para diversas esferas da economia, sobretudo na construção de ferrovias, no setor bancário e industrial. O fabrico de açúcar passa a ser realizado por processos mais modernos, e surgem os engenhos em substituição aos banguês. Nas fazendas de café foram introduzidos processos mais aperfeiçoados no beneficiamento desse produto, aumentando a produtividade.<sup>21</sup>

O crescimento do mercado interno é acompanhado pelo aumento populacional, e a população urbana começa a crescer. Como o trabalhador rural não consegue adquirir sua sobrevivência no campo, e as cidades passam a atrair maior número de mão-de-obra em virtude da modernização urbana e do crescimento da indústria, passa a existir uma migração do campo para as cidades, e como o mercado urbano não consegue absorver toda a força de trabalho existente, vê-se aumentar o número de pobres em todos os centros urbanos.

A Constituição de 1891 define que o voto é dever e função social e criou critérios de distinção, como: alfabetização, renda, residência fixa e maioridade, o que excluía a maior parte da população brasileira. Essas exigências reforçaram, na prática, a discriminação e o controle político dos homens pobres. A República, com a Constituição de 1891, manteve a exclusão dos direitos políticos para a maioria da

---

<sup>21</sup> Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. Tradução de Octávio M. Cajado. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1971; Eisenberg, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

população: pobres, mendigos, mulheres, menores, praças, membros de ordem religiosa e analfabetos (que eram também os homens livres pobres), todos estavam proibidos de participar das eleições. Negava também o direito social à educação, que é o princípio básico para a conquista dos direitos de cidadão e não promovia os socorros públicos.

“...No início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem”.<sup>22</sup>

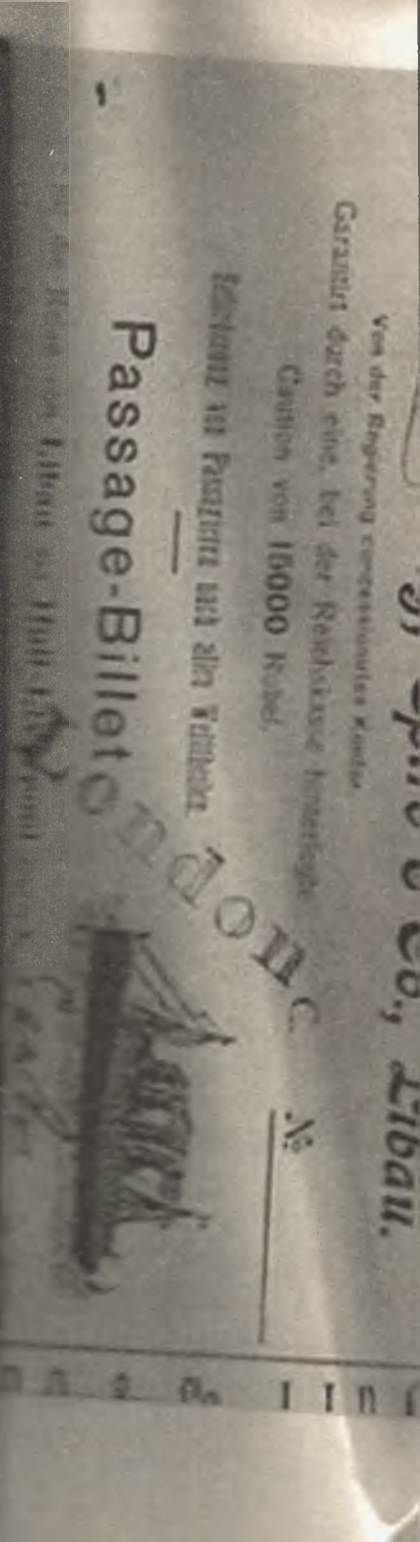
Na Primeira Constituição Republicana em 1891, o código da participação eleitoral era o mesmo de 1881, quando foi introduzida a eleição direta. Até 1881 o processo das eleições indiretas permitia uma participação em torno de 10% da população total. A implantação do processo de eleições diretas no país reduziu o número de votantes para menos de 1%, embora no advento da República, a população total apresentasse um aumento de 2%.<sup>23</sup> Na Constituição de 1891 surgiu a distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política, através da separação entre cidadãos ativos e plenos, que desfrutavam de todos os direitos civis e políticos e os cidadãos inativos que gozam apenas dos direitos civis.

<sup>22</sup> Carvalho, José Murilo de. Os bestializados. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 64.

<sup>23</sup> Ibidem, pp. 42-46.



## II: Imigrantes Alemães no Brasil



## 1. Política de imigração brasileira

A política brasileira de imigração estrangeira se dá, entre outros motivos pelo interesse do governo brasileiro em fomentar o povoamento do Sul do Brasil. Dom João VI e depois seu filho Dom Pedro I objetivavam povoar o Sul do Brasil com a criação de núcleos coloniais onde a terra seria explorada por pequenos proprietários, o que também contribuiria para estimular o mercado interno. A política de colonização com base na pequena propriedade não permitia o uso da mão-de-obra escrava nos núcleos coloniais. A imigração foi organizada e subvencionada pelos governos central e provincial. Esses núcleos cresceram especialmente nas três províncias do Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), onde se expandiram tanto na agricultura, como na produção de várias atividades comerciais e industriais, dado que muitos imigrantes criaram seus próprios negócios. Dos meados do século XVIII até o início do século XIX as políticas públicas, para implementar a imigração europeia por parte de Portugal e do Brasil, tiveram como princípios básicos a ocupação de áreas estratégicas do ponto de vista geopolítico, a criação de uma classe média agrária com a transformação da estrutura fundiária e sua vinculação à produção de alimentos e o abastecimento do mercado interno, a melhoria das técnicas de produção, bem como a substituição da força de trabalho escrava, e o interesse de branqueamento da nação.

Desde o século XIX a miscigenação da população brasileira é vista como um impecilho ao progresso da nação, e nos debates sobre o branqueamento da população havia diferentes posições quanto à questão da origem desejada dos imigrantes europeus. Para muitos eugenistas, o fato de os imigrantes serem brancos era suficiente, enquanto



outros defendiam o recrutamento exclusivo de imigrantes alemães. Alguns membros da elite brasileira, como o professor de direito Hermann Byron de Araújo Soares e o filósofo Alcides de Bezerra, acreditavam nas ideias racistas de Gobineau e Lapouge, que defendiam a superioridade das pessoas loiras e de origem norte-europeia, e nesse contexto os alemães seriam um povo étnico de grande valia para a formação da raça brasileira. Alguns estudiosos brasileiros, como o historiador Francisco Adolfo de Varnagem (1816-18789), Capistrano de Abreu (1853-1927), Oliveira Viana (1883-1951), e alguns abolicionistas como Joaquim Nabuco (1849-1910), José do Patrocínio (1854-1905), Sílvio Romero (151-1914), apresentaram ideias quanto à importância do branqueamento da raça para o povo brasileiro.<sup>24</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, com a escassez e carestia da mão-de-obra escrava, os grandes proprietários, sobretudo os fazendeiros de café de São Paulo, investiram na imigração europeia, com o interesse de adquirir força de trabalho para a cafeeira em expansão. Em 1850, com a proibição do tráfico de escravos para o Brasil, e a conseqüente diminuição da força de trabalho escrava, os grandes fazendeiros de café se viram obrigados a adquirir escravos em outras regiões, como por exemplo o Nordeste, a preços exorbitantes, o que deu origem ao mercado inter-regional de escravos. A escassez dessa mão-de-obra e a perspectiva de que o trabalho escravo estaria próximo a ser eliminado, levaram os fazendeiros de café a apoiar a imigração europeia, com o objetivo de utilizar o imigrante como mão-de-obra em suas fazendas.

---

<sup>24</sup> Lorenz, Stella. Processos de purificação: expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918). In: Revista Espaço Plural. Paraná: Unioeste. Ano IX, n. 19. 2. semestre, 2008, pp. 31. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>.

A política de imigração no Brasil se dá no contexto desses interesses: o do governo brasileiro em defender as fronteiras do Sul, estabelecendo nessas províncias pequenos agricultores de origem europeia, enquanto os fazendeiros de café queriam adquirir mão-de-obra para substituir o trabalho escravo em suas fazendas e a defesa do branqueamento da raça defendida por intelectuais, políticos e cientistas brasileiros. A criação de núcleos coloniais com imigrantes europeus, que não fossem de origem portuguesa, paltava-se também na ideia de que “esses outros europeus” eram distintos daqueles que haviam colonizado o Brasil. Além de propiciar o branqueamento da população, o imigrante europeu também traria o aprimoramento moral, tendo em vista sua “superioridade moral” em relação aos habitantes do Brasil.<sup>25</sup>

Havia incentivo e interesse de fixar imigrantes europeus no Brasil, mas esse processo não ocorreu sem contradições, tendo em vista que, em 1808, o Brasil fez o levantamento de todos os imigrantes residentes na Corte, onde deveria constar o nome, emprego e nação de origem. Depois se criou a Intendência de Polícia, tendo sido ordenado a todos os Ouvidores de Comarca das Províncias do Brasil que fizessem lista de estrangeiros, controlando, assim, a entrada de todos os estrangeiros nos portos em embarcações nacionais ou de outras nações. Essa lei era aplicada inclusive aos portugueses. Na década de 1840, Abrantes, representante diplomático brasileiro em Berlim, considerava que o simples acesso à terra para atrair imigrantes para o Sul do Brasil não era suficiente, indicando a necessidade de uma legislação que estabelecesse normas para a venda de terras públicas, de maior flexibilidade na naturalização

---

<sup>25</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*, op. cit., pp.82; Furtado, Celso, op. cit., pp. 123; Oberacker Jr., Carlos H. *A colonização baseada na pequena propriedade agrícola*. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.), 1969, op. cit., pp. 222.

de estrangeiros, de liberdade de culto, e do fim do sistema de escravidão.

A colonização europeia era subvencionada pelo governo central e ou provincial, assumindo o governo os gastos com: transporte e instalação dos colonos, além de promover obras públicas para dar-lhes trabalho imediato, o que exigia enormes investimentos. A política de colonização do Governo Imperial não atendia, portanto, aos interesses dos grandes cafeicultores, porque não contribuía para solucionar a escassez da mão-de-obra. Os fazendeiros não estavam interessados em estabelecer núcleos coloniais com base na pequena propriedade, mas em adquirir mão-de-obra com baixos custos para suprir as necessidades da lavoura de café. Preocupados com essa questão, os fazendeiros de café, sobretudo os do Oeste Paulista, assumiram a resolução desse problema.

O discurso em favor da imigração tomou vulto entre os políticos capitalistas. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (Senador Vergueiro), conhecido por seu pioneirismo na introdução do sistema de parceria em suas fazendas, teve a iniciativa, em 1852, de contratar diretamente trabalhadores na Europa. Para realizar seu projeto, Vergueiro conseguiu do governo o financiamento do transporte de oitenta famílias de camponeses alemães para a sua fazenda em Limeira. Esse fato despertou o interesse de outros fazendeiros, e em pouco tempo outras iniciativas, com base no projeto de Vergueiro, eram realizadas. O emprego de imigrantes europeus na grande lavoura, mantida com o trabalho escravo, exigia grandes mudanças nos métodos agrários existentes e também novas concepções acerca do trabalho livre. Ainda nas primeiras décadas do século XIX, houve experiência com o trabalho europeu no Brasil, quando Daniel Kidder contratou alemães em 1839, para a construção de pontes e calçadas em Pernambuco. A presença desses trabalhadores

foi rejeitada por alguns, e tantas foram as zombarias que eles não resistiram, e se recusaram a terminar o serviço.

O Senador Vergueiro, homem de ideias liberais, mostrou-se contrário, em parecer de 1828, à introdução de imigrantes alemães na província de São Paulo na estrutura da pequena propriedade de terra, alegando que discordava da doação de terras aos imigrantes, por ser uma grande injustiça conceder a estrangeiros o que se vedava a nacionais pela Lei de Terra de 1850, uma vez que o Governo Imperial havia concedido empréstimo para a criação de núcleos coloniais. Para Vergueiro, os estrangeiros deveriam ser enviados como mão-de-obra livre para as fazendas já existentes. As ideias de Vergueiro tornaram-se realidade com a instalação do sistema de parceria iniciado por ele. Para Vergueiro, o sistema de parceria era o ideal, pois permitia aos imigrantes as condições para que conseguissem, quando possível, ser proprietários ou arrendatários de terra, o que, salvo algumas exceções, chegou a ser realidade.<sup>26</sup>

O método adotado por Vergueiro, e posteriormente por outros fazendeiros de café, deu um novo sentido à imigração europeia, uma vez que através desse sistema o imigrante vinculava-se como trabalhador rural ao fazendeiro, enquanto a ideia inicial da colonização europeia era de oferecer aos colonos a possibilidade de ocupar a terra, inicialmente na região Sul, como pequenos agricultores.

---

<sup>26</sup> Forjaz, Djalma. O senador Vergueiro: sua vida e sua época (1788-1859). São Paulo: Oficina do Diário Oficial, 1924.

## 2. Colônias alemãs no Sul do Brasil

A presença de grupos estrangeiros no Sul do Brasil se dá desde o século XVIII. Entre 1750 e 1800, chegaram no Rio Grande do Sul 2.000 famílias de açorianos. Essas foram as primeiras tentativas de criar colônias no Sul e no Vale do Amazonas. Com a vinda da Corte para o Brasil em 1808, em consequência do Bloqueio Continental imposto por Napoleão Bonaparte em 1806, teve início a questão da imigração. Ao chegar, D. João VI realizou várias medidas para modernizar o Brasil. Ainda em 1808 os portos brasileiros foram abertos às nações amigas de Portugal, permitindo também a criação de indústrias. Em 1815 o Brasil é elevado à categoria de Reino-Unido e, a partir de então, foram criadas várias instituições que marcaram o início da modernização, destacando-se: a Faculdade de Medicina em Salvador (1808), a Biblioteca Nacional e a Academia Militar (1808), o Jardim Botânico, o Museu Imperial (1814), a Academia de Letras no Rio de Janeiro em 1816, etc.

O ponto de partida foi o Decreto de 25 de novembro de 1808, de autoria de D. João VI, visando atrair europeus, esse Decreto permitia aos estrangeiros o acesso à propriedade da terra. Em 1818, é fundado, por imigrantes suíços, o primeiro núcleo em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Logo em seguida, foram criados novos núcleos no Espírito Santo, em São Paulo, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.<sup>27</sup>

Nessa época o Rio de Janeiro torna-se uma cidade cosmopolita, reúne grande quantidade de artistas, escritores, cientistas, comerciantes, diplomatas, financistas, jornalistas e demais profissionais que dão a essa cidade um novo as-

---

<sup>27</sup> Porto, Aurélio. O trabalho alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Est. Gráfico Santa Teresinha, 1934, pp. 36; Oberacker Jr., Carlos H. A colonização baseada na pequena propriedade, op. cit., p. 221.



pecto social, político, econômico e artístico. O crescimento econômico e o avanço das ideias liberais, no Brasil, levaram a colônia a conquistar em 1822 sua independência de Portugal, todavia, sem ter mudanças na sua estrutura básica, permanece a grande propriedade monocultora, com base no trabalho escravo.

Dom João VI desenvolveu, com o apoio de seu Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, uma política de povoamento para a região Sul do Brasil, área de pouca densidade demográfica. D. João VI estava interessado em assegurar as fronteiras dessa região, e para isso viu a alternativa de povoá-la com pequenos proprietários de terra. A ideia de D. João VI era criar colônias de povoamento com o imigrante europeu, onde pudessem desenvolver a cultura de subsistência. Não se tratava, portanto, de uma simples importação de mão-de-obra. Desde o ano de 1808 um decreto permitia a imigração de não-protugueses e até o acesso à propriedade fundiária aos católicos estrangeiros, incentivando a entrada no Brasil de imigrantes das mais variadas procedências.

A presença de estrangeiros de diversas nacionalidades no Brasil remonta da época colonial. No período colonial estudiosos, artistas, engenheiros, artifices e militares de origem alemã (Hans Staden, Mauricio de Nassau-Siege, Adolpho de Varnhagen, João Henrique Böhm, etc) e também de outras nacionalidades aportaram no território brasileiro. Porém o que marcou a imigração oficial foi o Decreto de D. João VI de 16 de março de 1820, declarando de maneira explícita o interesse do governo em incentivar a entrada de pessoas alemãs e de outros países que desejassem se estabelecer no Brasil. Esse Decreto constituía o fundamento jurídico para a criação de colônias de povoamento com imigrantes europeus a serem fixados em pequenas propriedades agrícolas. Já em 1812, foi criada a colônia Viana, em Santo Agostinho (Espírito Santo) com açorianos.

O Decreto de 1820 não explicitava a razão de tal posicionamento em relação ao imigrante alemão. Talvez o motivo esteja no fato do interesse para o branqueamento da raça, o que se observa em vários discursos políticos da época. Basta lembrar que Hipólito da Costa defendia em seus textos a introdução de europeus, com a finalidade de povoar o Brasil e melhorar a população. Para ele e para muitos outros defensores dessas ideias, a esse processo deveria ocorrer concomitantemente a abolição lenta e gradual do trabalho escravo. Na fala de Hipólito da Costa, como na de tantos outros representantes do poder, o assentamento de núcleos de imigrantes europeus seria também um meio de inovações nas técnicas agrícolas. O europeu seria o tipo racial mais apropriado para purificar a raça brasileira, e também a força de trabalho adequada para solucionar a questão da força de trabalho assalariada, sobretudo nas fazendas de café.

Em 1818 o alemão G. W. Freyreiss, com o apoio do Cônsul P. Psycke de Hamburgo, fundou, no sul da Bahia com imigrantes alemães, a colônia Leopoldina e em 1821 o Dr. Georg Schäffer fundou a colônia Frankental também na Bahia. Essas colônias passaram a usar a força de trabalho escrava na grande lavoura, por isso elas não podem ser enquadradas no contexto da colonização europeia com base na pequena propriedade, porque nesse tipo de colônias de povoamento não era permitido o uso da mão-de-obra escrava. Através do Decreto de 16 de maio de 1818, foi fundada em 1819 a colônia Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Essa colônia recebeu 1.682 católicos da suíça francesa e, em 1824, aportaram 284 alemães. Nova Friburgo é a primeira colônia que inaugura o tipo de colonização na estrutura da pequena propriedade e no trabalho livre. Com a criação de Nova Friburgo se inciou também o apoio oficial ao imigrante europeu no Brasil. Os colonos recebiam os gastos com a viagem da Suíça até o Rio de Janeiro e daí até a colônia,

bem como um pequeno lote de terra com a incumbência de cultivá-lo, além de receberem cavalos, bois, vacas, porcos e diversos tipos de sementes.<sup>28</sup>

Em 1822 o cientista Georg Heinrich von Langsdorf (1774-1852), cônsul do Império Russo no Brasil, trouxe, por sua iniciativa particular, emigrantes alemães para a sua fazenda Mandioca no Rio Janeiro. Interessado em organizar uma expedição científica pelo Brasil, Langsdorf permaneceu entre 1820 e 1821 na Europa, onde recrutou cientistas para acompanhá-lo na expedição, utilizando igualmente esse período para angariar emigrantes para o Brasil.<sup>29</sup> Publicou em 1821 um trabalho sobre o Brasil, no qual continha instruções para os emigrantes, foi também um defensor da imigração alemã no Brasil e, além disso, estava interessado em adquirir emigrantes para sua fazenda. A expedição científica de Langsdorf passou por vários problemas, não logrando êxito.<sup>30</sup>

Depois da Independência do Brasil, o Imperador Pedro I, com o apoio de seu ministro José Bonifácio, procurou recrutar soldados e colonos alemães para a formação de colônias de caráter agromilitar. José Bonifácio desejava também convencer seus compatriotas da importância do uso do trabalho livre no Brasil, razão por que José Bonifácio defendeu a política de colonização europeia. Através do seu interesse

---

<sup>28</sup> Oberacker Jr., Carlos H. A contribuição teuta à formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1985, v. 1, pp. 177; Idem. A colonização baseada na pequena propriedade, op. cit., pp. 222.

<sup>29</sup> Langsdorf era formado em medicina pela Universidade de Göttingen, e acompanhou, como médico, em 1797, a comissão do príncipe von Waldeck, reorganizador do exército português, para Portugal, onde permaneceu até 1802.

<sup>30</sup> Oberacker Jr., Carlos H..A contribuição teuta à formação brasileira, 1985, op. cit., v.1, pp. 208. Idem. Viajantes, Naturalistas e Artistas Estrangeiros. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org). 3 ed. São Paulo: DIFEL, 1970, tomo II, v. 1, pp. 119; Pinto, Olivério M. Oliveira. Viajantes e Naturalistas. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org.), op. cit., pp. 444.

em arregimentar estrangeiros para prestarem “serviço à nação”, o Brasil recebeu um contingente de 3.000 alemães para servirem como militares na Guerra da Cisplatina. Em 1822 o major Georg Anton von Schäffer recebeu a incumbência do governo brasileiro para conseguir na Alemanha soldados e colonos para o Brasil. Na tentativa de despertar o interesse do emigrante pelo Brasil, o major Schäffer publicou em 1824 um livro sobre a emigração e as vantagens que o governo brasileiro oferecia aos imigrantes. Schäffer afirmava que o governo brasileiro assegurava aos imigrantes: manutenção durante um ano, além de bois, cavalos, vacas de leite, ovelhas, cabras e porcos, sementes para o plantio, posse da terra depois de dez anos de exploração e liberação de impostos por dez anos. O imigrante gozaria ainda de todos os direitos de cidadão brasileiro (podendo adquirir imediatamente a naturalização) e ainda a liberdade religiosa.

Algumas das vantagens oferecidas por Schäffer não poderiam ser cumpridas porque contrariavam as leis brasileiras, uma vez que a Carta de 1824 não possibilitava, automaticamente, o direito à nacionalidade aos imigrantes, nem estabelecia a liberdade de culto, nem a liberação das cargas tributárias por dez anos. Durante o II Reinado a Igreja encontrara-se atrelada ao Estado, o que causou enormes problemas aos imigrantes de origem protestante. A situação melhorou a partir da lei de 1832, já no período regencial, que dava aos imigrantes que vivessem no Brasil há mais de quatro anos, o direito à naturalização e à cidadania.<sup>31</sup> Em poucos anos Schäffer trouxe para o Brasil 2.000 soldados e 5.000 colonos, com quais teve início a criação de colônias no Sul do Brasil, entre elas a de São Leopoldo em 1824, São João das Missões em 1825, e Três Forquilhas em 1826, todas

<sup>31</sup> Oberacker. Jr., Carlos H. Jorge Antônio von Schäffer. Criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Instituto do Livro, 1957; Porto, Aurélio, op. cit., pp. 38.

localizadas no Rio Grande do Sul. Dessas colônias a que teve maior crescimento e chegou a ser exemplo de uma colônia bem sucedida foi São Leopoldo. Em 1828, fundou-se a de São Pedro de Alcântara em Santa Catarina e, em 1829, a de São Santo Amaro no Paraná.

A Lei de Orçamento de 15 de dezembro de 1830 suspendeu totalmente os recursos destinados aos colonos e a introdução de novos imigrantes europeus, por essa razão a imigração europeia diminuiu bastante, uma vez que a imigração espontânea era muito reduzida. Apesar do discurso liberal de muitos representantes da elite agrária e política do Brasil, o clima de insegurança e desconfiança, em relação à mão-de-obra assalariada, era enorme, porque grande parte dos lucros de muitos proprietários de terra, especialmente do Rio de Janeiro e da Bahia, era fruto do tráfico inter-regional de escravos, que sem dúvida foi uma das grandes atividades econômicas mais lucrativas durante o Primeiro Reinado.

Paralela a essa questão existia também o problema da terra. A ideia de D. João VI era criar condições para que coexistissem grandes e pequenas propriedades. Esta seria uma forma de ocupação territorial, que permitiria a valorização das terras e as condições para o surgimento de uma camada de pequenos proprietários, e certamente atenuaria as tensões entre senhor e escravo, além de se confirmar uma camada social que fosse, ao mesmo tempo, consumidora e fornecedora de mão-de-obra, além de produtora e fornecedora de gêneros alimentícios, atribuições inadequadas a grandes propriedades.

A Lei do Orçamento, aprovada pelo Parlamento, denotava a falta de interesse dos políticos defensores da manutenção do trabalho escravo, em incentivar o assentamento de núcleos coloniais. No período de 1818 até 1830 entraram 6.856 imigrantes alemães no Brasil, mas durante a Regência (1831-1840) houve estagnação no movimento migratório, embora, na década de 1840, tenham sido criadas nove



colônias, como a de Petrópolis em 1846 no Rio de Janeiro. Esta colônia passou a ser a residência de verão do Imperador Dom Pedro I. Em 1846, foram criadas as colônias Santa Isabel, Vargem Grande e Nossa Senhora da Piedade em Santa Catarina e em 1849, Santa Cruz, no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano teve início a criação de colônias alemãs no Espírito Santo, com o apoio do Governo Regencial.

Em 1832 a lei que regularizou a naturalização de estrangeiros definiu também que a naturalização só poderia ser concedida depois de quatro anos de residência no Brasil, período que caiu para dois anos com o Decreto 291 de 30 de agosto de 1843. Entre 1824 e 1890 foram criadas 87 colônias no Rio Grande do Sul. Nesse período a maior parte dos emigrantes alemães, que se dirigiram para o Rio Grande do Sul, vinham da Renânia, Hunsrück, Pomerânia, Hesse, Saxônia, Silésia, sendo na sua maioria de religião protestante.<sup>32</sup>

A criação e administração das colônias no Brasil cabiam ao governo central e ou provincial, ou a particulares, sociedades e associações. O Governo Central repassava para as províncias as terras que poderiam ser utilizadas para a criação dos núcleos coloniais. Depois de 1850 algumas Sociedades também passaram a ter interesse em criar núcleos coloniais. Essas Sociedades adquiriam a terra por concessão do governo sob determinadas exigências, e ou adquiriam-na através de compra, e ou por sistema de comissão a sociedades e ou a particulares. Os lotes de terra eram vendidos aos colonos por um preço bem mais alto do que o do governo, e caso as colônias tivessem um bom progresso, as terras aumentavam de preço, o que permitia aos proprietários das terras um bom lucro com a venda dos lotes aos colonos europeus.

---

<sup>32</sup> Kuder, Manfred. Die wirtschaftliche, soziale und kulturelle Bedeutung der Deutschen Einwanderung für Brasilien. In: Geographische Rundschau, ano 6, v. 12. Baunschweig, 1954.

### 3. Colônias oficiais

As colônias oficiais eram administradas pelos governos, cuja designação do diretor cabia ao Governo (Central e ou Provincial). No Rio Grande do Sul, por exemplo, o Governo Provincial, José Feliciano Fernandes Pinheiro, foi responsável pela administração das colônias de São Leopoldo, São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas, colônias criadas pelo Governo Central. Nessa primeira fase da colonização no Rio Grande do Sul (1824-1847), os imigrantes receberam a terra gratuitamente, além de terem adquirido ferramentas e ajuda financeira para iniciarem a exploração da terra. Alguns colonos deixaram São Leopoldo e fundaram novas colônias, como Nova Hamburgo (1825), Hamburgo Velho (1825), Estância Velha (1825), Lomba Grande (1825), Campo Bom (1826) e Dois Irmãos (1827). Durante o período do Governo Regencial (1831-1840) a colonização teve pouco significado no Rio Grande do Sul, em consequência, sobretudo da Revolução Farroupilha em 1835.<sup>33</sup>

Na segunda fase entre 1848-1874, o Governo Provincial teve grande desempenho na colonização do Rio Grande do Sul, uma vez que em 1830, a Lei do Orçamento define os gastos do governo com a colonização, e o Ato Adicional de 1834 repassa, para as províncias, as despesas com a colonização e imigração europeia. Em 1848 o Governo Central estabeleceu que cada província iria dispor de 36 léguas quadradas de terra devolutas do Governo Central, para serem utilizadas na colonização, e nelas, os colonos só seriam proprietários depois de cinco anos de exploração. Em 1850 a Lei de Terra estabelecia que a terra só poderia ser adquirida através da compra, ficando proibida a aquisição de terra

---

<sup>33</sup> Roche, Jean. A colonização alemã no Rio Grande do Sul. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Ed. Globo, 1969, v. 2, pp. 100.

pela posse e ou por sesmaria.<sup>34</sup> A questão da posse da terra pelos imigrantes despertou o interesse de vários proprietários, porque eles passaram a acreditar que a terra se valorizava às custas do trabalho e das benfeitorias realizadas pelos colonos, porquanto a terra depois de cultivada, e depois da construção de estradas, pontes, etc, estaria mais valorizada, permitindo maior lucro aos grandes proprietários.

No Rio Grande do Sul a Lei Provincial de 1848 possibilitou que cada colono pudesse adquirir 100.000 braças quadradas de terra por um preço bem acessível (300\$000), com o pagamento estipulado em cinco anos, e em caso de prolongamento do prazo, a dívida teria o acréscimo de 1% juros ao mês. O governo do Rio Grande do Sul assumiu os gastos com a manutenção dos colonos nos portos locais e as despesas com transporte do porto até a colônia. Esses incentivos estimularam a imigração alemã no Rio Grande do Sul, sendo criados outros núcleos coloniais, tanto pelo Governo Central, Feliz (1847), como pelo Governo Provincial, Santa Cruz (1849), Santo Ângelo (1857), Nova Petrópolis (1858) e Monte Alberne em 1859.<sup>35</sup>

A política imigratória do Governo Central foi sempre voltada para atrair mão-de-obra da Europa, principalmente depois de 1870, com o interesse dos grandes proprietários de café em adquirir força de trabalho para as fazendas de café em expansão. Muitas províncias criaram seus próprios serviços de imigração na Europa, como fez o Estado de São Paulo, com a fundação da Sociedade Promotora de Imigração, em 1886. O desembolso monetário do Governo Central e de cada província para subsidiar a imigração europeia foi enorme e

<sup>34</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*, op. cit., pp. 39.

<sup>35</sup> Pellanda, Ernesto. *A colonização Germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1925, pp. 24; Delhaes-Guether, Dietrich von. *Die deutsche Einwanderung in Südbrasilien*. Köln/Wien: Böhlau, 1973, pp. 25; Roche, Jean, op. cit.

inevitável, em virtude da carência de força de trabalho na passagem do sistema escravista para o mercado de trabalho livre. As províncias que detinham maior poder econômico como São Paulo, em virtude da expansão da economia cafeeira, passaram a investir mais na imigração europeia.

**Tabela 1:** Entrada de Imigrantes no Rio Grande do Sul: 1824-1899

<b>Período</b>	<b>Número de Imigrantes</b>
1824-1830	5.350
1844-1849	2.590
1850-1854	1.728
1855-1859	5.624
1860-1864	3.028
1865-1869	2.858
1870-1874	3.695
1875-1879	2.440
1880-1884	1.257
1885-1889	2.159
1890-1894	6.065
1895-1899	1.648
1900-1904	1.036
1905-1909	2.068

Fonte: Pellanda, Ernesto, op. cit, pp. 21.

A partir de 1880 predominou a emigração italiana para o Brasil, em virtude dos investimentos dos fazendeiros para conseguir mão-de-obra para a lavoura de café. Isto não significa dizer que o elemento italiano estivesse totalmente ausente no Brasil, antes dessa época. Apesar dos italianos se dirigirem, sobretudo para as lavouras de café em São Paulo, eles também foram para as províncias do Sul do Brasil. Entre 1869 e 1870, foram criadas algumas colônias, pelo Governo

Provincial do Rio Grande do Sul com italianos, como Conde D'Eu e Dona Isabel, além de outras que surgiram por iniciativas de particulares, como Cai. Essas novas colônias receberam também imigrantes já estabelecidos em outras colônias.

Além de São Paulo, que dispunha de capital para investir na imigração, outras províncias fizeram um esforço para receber imigrantes europeus. Nesse sentido, o Governo Central juntamente com os governos provinciais assinaram contratos com empresas particulares para arremataram emigrantes para o Brasil. Em 1857, por exemplo, o governo do Rio Grande do Sul assinou contratos com a Companhia Hamburgo-Brasileira através do agente Julius Knorr e com a Firma Claussen-Bertan. Em 1872 o Governo Central assinou um contrato com Caetano Pinto. Através desse contrato Caetano Pinto deveria introduzir 100.000 imigrantes europeus no Brasil no prazo de dez anos. Esses imigrantes não deveriam ser fixados no Rio Grande do Sul porque essa província já havia realizado contratos dessa natureza. A maior parte dos imigrantes recrutados por Caetano Pinto era italiana, e deveria ser encaminhada para as fazendas de café de São Paulo como força de trabalho. O governo brasileiro se comprometeu a pagar as despesas desse contrato em parcelas estipuladas em 125\$000 para os primeiros 50.000 imigrantes, 100\$000 para os próximos 25.000 e 60\$000 pelos últimos 25.000 imigrantes.<sup>36</sup>

A partir de 1860 a imigração no Rio Grande do Sul tende a diminuir em virtude da Lei Provincial de 12 de março de 1864, que estipulou e diminuiu os gastos com a imigração. Sem o apoio financeiro estatal, as despesas do imigrante para chegar até o Rio Grande do Sul eram exorbitantes, o que levou muitos a desistirem do Rio Grande do Sul como lugar de destinação. Em 1854 uma família com

<sup>36</sup> Roche, Jean, *op. cit.*



cinco pessoas pagava do porto de Hamburgo ou de Bremen até o Rio Grande do Sul 400\$000 Réis, enquanto para USA o valor era de 190\$000 Réis. O valor excessivo das passagens para o Brasil influenciou muitos emigrantes darem preferência aos Estados Unidos.

A subvenção do governo em favor da política de imigração europeia sempre enfrentou problemas financeiros, visto que subsidiar parte da imigração exigia enormes gastos. Além das questões financeiras, as colônias defrontaram-se com certos conflitos quanto à administração. Em cada colônia havia um diretor responsável pela administração, o qual, às vezes, desempenhava o papel de administrador em outras esferas, como na manutenção da ordem pública na colônia, etc. Havia diversas questões no âmbito da administração das colônias, o que deu origem há várias críticas, sobretudo por parte dos colonos. Depois de 1867, nas colônias do Rio Grande do Sul, foi introduzido o Conselho Administrativo Colonial, que era um instrumento de representação dos colonos, o que permitiu maior participação deles na vida administrativa.<sup>37</sup>

---

<sup>37</sup> Roche, Jean, *op. cit.* Petrone, Teresa Schorer. A imigração assalariada. In: Hollanda, Sérgio Buarque de (Org.), *op. cit.*, pp. 274.

## 4. Colônias particulares e de sociedade

Paralelamente à criação de colônias oficiais, surgiram iniciativas particulares quanto à imigração e à criação de colônias de povoamento no Brasil. Para proteger a imigração alemã, os governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná apoiaram vários projetos de colonização, como o da criação da colônia Blumenau. Bruno Otto Blumenau (1819-1899) nascido em Hasselfelde (Harz), ao ser graduado como médico, veio para o Brasil onde desejava se estabelecer. Em 1846 ele realizou uma viagem para o Brasil tendo em mãos uma procuração da Associação Hamburquesa de Colonização e cartas de recomendação de Karl F. P. Martius e Alexander von Humboldt. Seu interesse pelo Brasil se dá em virtude da sua amizade com pesquisadores e viajantes conhecedores do Brasil, como Martius. Após conhecer um pouco do Brasil, Blumenau conseguiu em 1848, a concessão de 220 km<sup>2</sup> de terra virgem do governo de Santa Catarina, na região do Itaí-Açu. Em 1850 ele fundou uma colônia nesse local, denominando-a Blumenau. Essa colônia enfrentou uma série de dificuldades, além de receber poucos colonos, uma vez que, desde os anos 80, a imigração alemã passa a diminuir, assumindo espaço a imigração italiana. Em 1860, impossibilitado de manter a colônia com seus esforços particulares, passou-a para o Governo Imperial, transformando-a numa colônia oficial. Hermann Blumenau foi designado diretor, e agora com a subvenção oficial, a colônia começa a progredir.<sup>38</sup>

A onda emigratória na Alemanha estimulou a criação de diversas sociedades em torno da emigração, surgindo

<sup>38</sup> Porto, Aurélio, op. cit., pp. 42; Funke, Alfred. O Brasil e a Alemanha (1822-1922). Berlim: Internacional Verlag, 1923; Roche, Jean, op. cit., pp. 101; Oberacker Jr., Carlos H. A contribuição teuta à formação da nação brasileira, op. cit., v. 2, pp. 260.

entre 1833 e 1850 cerca de trinta sociedades, algumas delas se destinavam especificamente à emigração alemã para o Sul do Brasil. À medida que orientava o emigrante, essas sociedades tinham também a intenção de influenciá-lo quanto à escolha do país de destino.

O aumento do intercâmbio comercial entre os portos de Hamburgo e Bremen com o Brasil, sobretudo a partir de 1827, época em que se estabeleceu o primeiro tratado comercial entre os estados hanseáticos (Hamburgo, Bremen e Lübeck) e o Brasil, levou os comerciantes e as empresas de navegação passarem a ver na emigração um meio de fazer negócios, afinal o imigrante seria um consumidor das mercadorias alemãs no Brasil. O Brasil exportava principalmente os produtos agrícolas comerciais (açúcar, algodão, tabaco, café, e posteriormente borracha), e recebia da Alemanha produtos industriais e outras mercadorias. O tráfico migratório engendrou diversas transações, o que fez surgir uma imensa rede de prestação de serviços aos emigrantes nas rotas de saída e de chegada. Nos portos de Hamburgo, Bremen, Lübeck, Rotterdam e Antuérpia surgiram hospedarias, companhias de viagens e agentes de firmas particulares que contratavam emigrantes. Todos esses negócios favoreciam o comércio em torno da emigração.

François Orléans de Joinville (príncipe de Joinville) e sua esposa Dona Francisca, a irmã mais jovem de Dom Pedro II, possuíam bastante terra em Santa Catarina. Interessados em explorá-las, determinaram que seu representante Léonce Aubé estabelecesse contatos a fim de criar uma colônia de povoamento. Ele realizou contratos com o comerciante Christian Mathias Schröder, proprietário da firma Christian M. Schröder & Cia em Hamburgo. Um dos contratos estabelecia a concessão inicial de 14.400 hectares de terra e depois mais 19.200 hectares para Schröder proceder os encaminhamentos para a fundação de colônias, e trazer,

no prazo de cinco anos, 1.500 emigrantes. Para efetivar esse acordo, Schröder buscou apoio de outros comerciantes, os quais fundaram, em 1849, uma Sociedade. Em 1850 o engenheiro Hermann Günther fundou a colônia Dona Francisca, denominada depois de Joinville com 118 imigrantes.

Os colonos que se estabeleceram na colônia Dona Francisca foram pessoas que emigraram sobretudo por questões políticas, e a maioria deles não era agricultor. Essa colônia também enfrentou problemas financeiros, razão por que, a partir de 1854, passou a receber subvenção do Governo Central. A Sociedade Hamburguesa ajustou um contrato com o governo, através do qual o Governo Central se comprometia em conceder 30.000 Réis para os imigrantes com idade entre dez e 45 anos, e 20.000 Réis para aqueles de cinco a dez anos de idade. O governo assumiu também obrigações com a construção de escolas, igrejas (católicas e protestantes), pontes e estradas.<sup>39</sup>

Em 1873 essa Sociedade fundou a colônia São Bento próximo de Joinville, com alemães sudetos, a qual, no ano de 1890, contava com 7.484 habitantes. Em 1897 essa Sociedade, aliada à Companhia de Navegação-Sulamericana de Hamburgo e à Companhia Lloyd de Bremen, fundou a Sociedade Hanseática de Colonização, que também criou outras colônias em Santa Catarina. Interessada em conquistar emigrantes alemães para o Sul do Brasil, a Sociedade Hamburguesa de Colonização publicou diversos artigos na imprensa alemã sobre a região Sul, especificando, inclusive, as belezas naturais e a abundância de terras férteis de algumas colônias, como ocorreu no artigo exclusivo sobre a colônia Dona Francisca.

<sup>39</sup> Oberacker Jr., Carlos H. A contribuição teuta à formação brasileira, op. cit., v. 2, pp. 262; Alves, Débora Bendocchi. Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000, pp. 61.

As colônias Blumenau e Joinville, criadas por empresas particulares, tiveram em poucos anos um bom crescimento econômico, assumindo papel de destaque em Santa Catarina, enquanto São Leopoldo destacava-se como a colônia alemã mais bem sucedida no Rio Grande do Sul.

A Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, criada em 1847, fundou, em 1851, a colônia Saxônia, com sede em Nova Filadélfia, que foi planejada por Robert Friedrich Schlobach, e administrada por Teófilo Otoni, o qual era também diretor da Companhia de Navegação. Essa Companhia estava interessada em criar uma linha de navegação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, esse fato fomentou a fundação de uma colônia de povoamento nas margens do rio Mucuri em Minas Gerais. Para isso, a Companhia fez um contrato com o Governo e criou uma colônia com trabalhadores oriundos, inicialmente, do Rio de Janeiro. As dificuldades de habitar a região eram enormes, em virtude da mata virgem, das doenças tropicais, de animais selvagens e índios que atacavam o povoado. Em 1855, chegou um grupo de 30 emigrantes da Suíça, e entre 1856-1858 chegaram os primeiros colonos alemães oriundos da Saxônia, Prússia, e de Hannover, embora essa colônia tenha recebido também italianos, holandeses, belgas e portugueses.<sup>40</sup>

Em 1858 o cientista e diplomata suíço Johann Jacob von Tschudi (1818-1887) visitou Filadélfia, o que o levou a publicar um relatório sobre as péssimas condições de vida dos colonos nessa região. Em 1859, em virtude da má colheita e a subsequente falta de alimentos, além de uma epidemia de febre que assolou a colônia, a vida dos colonos tornou-se insuportável, situação influenciada pela desastrosa administração de Theófilo Otoni, seu diretor. O mé-

---

<sup>40</sup> Oberacker Jr., Carlos H. A contribuição teuta à formação da nação brasileira, op. cit., v. 2, pp. 314.



dico e pesquisador em doenças tropicais, o alemão Robert Avé-Lallemant (1812-1884), visitou em 1859 essa colônia, e enviou um relatório ao Imperador D. Pedro II sobre as condições dos colonos, razão que levou o governo a enviar um navio de guerra a Mucuri para recolher os colonos enfermos. Em 1860 o Governo Imperial encampou a colônia, que posteriormente tornou-se um município próspero e importante de Minas Gerais.

## 5. As sociedades de colonização

### 5.1. Sociedade central de imigração

Pessoas motivadas pelos imigrantes europeus no Brasil formaram duas Sociedades voltadas para impulsionar a imigração. Em 17 de novembro de 1883, foi criada a Sociedade Central de Imigração no Rio de Janeiro. Esta Sociedade editava um jornal entre 1883 e 1891. A Sociedade Central de Imigração foi criada pelos alemães, Karl von Koseritz (jornalista), Hermann Blumenau (fundador da colônia Blumenau em Santa Catarina) e Hugo Gruber, editor do "Allgemeine Deutsche Zeitung" no Rio de Janeiro.

Para esses alemães, a imigração alemã no Brasil só seria viável caso o governo realizasse algumas mudanças na política de imigração, como por exemplo, maior flexibilidade quanto à naturalização. Logo após a criação dessa sociedade, Koseritz viajou para Rio Grande do Sul, e Blumenau voltou para a Alemanha, ocupando a diretoria da sociedade, outros membros. O vice-presidente da Sociedade Central era Alfredo d'Escragno Tauny (1843-1899), que destacou-se como escritor e político (ele foi senador pela província de Santa Catarina). Tauny foi influenciado politicamente pelas ideias de Louis Couty (médico francês, professor da Escola Politécnica e do Museu do Rio de Janeiro). Para Couty, o negro era um indivíduo improdutivo, e o sistema escravocrata era irracional, enquanto o europeu era inteligente e produtivo.<sup>41</sup>

A Sociedade Central de Imigração contou com 400 associados, e a maior parte deles era intelectuais, industriais, comerciantes e profissionais liberais. Essa Sociedade tinha como objetivo motivar a imigração europeia no Brasil, e para isso seria necessário oferecer terras férteis e pró-

---

<sup>41</sup> *Ibidem*, pp. 327

ximas às linhas férreas, as quais seriam adquiridas através da compra pelos imigrantes, porque somente dessa forma era possível a fixação deles no Brasil. Para cumprir essas metas a Sociedade precisava ter uma representação no Rio de Janeiro, cuja função seria oferecer informações e orientações ao imigrante, além de fiscalizar as condições das hospedarias e dos transportes até as colônias e ou as fazendas para onde eles se dirigiam.

André Pinto Rebouças, engenheiro, matemático, astrônomo, botânico e geólogo, foi também industrial, moralista, higienista e filantropo, e destacou-se como um grande abolicionista. Rebouças participou da sessão preparatória para a fundação da Sociedade Central de Imigração, no Liceu de Artes e Ofícios em 14.10.1883. Ele ocupou a secretaria dessa Sociedade e atuou ativamente em favor da abolição da escravidão.

O objetivo dessa sociedade fora estabelecer imigrantes europeus no Brasil através do sistema da pequena propriedade, embora no seu contexto filosófico percebia-se a influência do pensamento positivista de Augusto Comte, ideias que tanto influenciaram o Brasil e também os participantes dessa Sociedade. Nesse sentido via-se a defesa de que a presença de europeus no Brasil iria contribuir para “clarear a raça brasileira” e para o progresso do Brasil, visto que o povo brasileiro era formado, sobretudo, por negros, os quais viviam na condição de escravos, e eram não aptos ao trabalho e ao progresso, na concepção de muitos brasileiros e europeus intelectuais, políticos e homens do poder.

A grande expansão da economia cafeeira a partir de 1870, especialmente no Oeste Paulista, permitiu que os grandes fazendeiros de café diversificassem suas atividades financeiras em outros setores, como fundação de bancos, construção de estradas de ferro, inovações técnicas e modernização urbana. Ao mesmo tempo em que a elite agrá-

ria cafeeira se interessava por investir no mercado urbano, procurava também soluções para o problema da força de trabalho, em suas fazendas de café, onde ainda se mantinha o trabalho escravo.

## 5.2. Sociedade promotora de imigração

Com a finalidade de promover a imigração em grande escala para São Paulo foi criada a Sociedade Promotora de Imigração em 02.07.1886. Uma Sociedade sem fins lucrativos, e na forma de sociedade civil com capital subscrito de 500:000\$000 divididos igualmente entre os sócios fundadores. Protegida pela Lei Provincial de 28.10.1885, que tem por base a Lei do Império de 28.09.1885, e estabelecia o sistema de imigração por contrato, com reembolso das despesas de transporte ao imigrante e ou à família de imigrantes.<sup>42</sup> Na sua atuação a Sociedade Promotora de Imigração deu preferência às famílias de imigrantes, uma vez que tinha a intenção de localizar no Brasil, sobretudo em São Paulo, o maior número possível de famílias imigrantes. No seu primeiro contrato firmado com o Ministério da Agricultura, essa Sociedade se encarrega de trazer 500 famílias. Posteriormente, Martinho Prado defenderia a entrada de famílias completas com excessão de idosos incapazes para o trabalho e recém-nascidos. Ele considerava que a família deixava os imigrantes mais seguros e, consequentemente, mais capazes para o trabalho. Apesar das inúmeras críticas, o sistema de locação de imigrantes adotado por essa Sociedade mostrou-se eficiente e produtivo.

A preferência por famílias imigrantes por parte dessa Sociedade dava-se pelo fato de que as famílias encontravam locação com maior rapidez, porque, diz um dos seus

---

<sup>42</sup> Petrone, Maria Teresa Schorer. Imigração assalariada, op. cit., pp. 280.

representantes, em família eram mais felizes, pois não ficavam desagregados, e havia também a possibilidade de encontrar trabalho para todos e juntos complementarem a renda familiar. Fatos muito importantes para os imigrantes. Como os custos com a imigração eram muito altos para o governo, e o dinheiro para investir com o transporte do imigrante era na sua maioria adiantado pelo governo da província de São Paulo, a intenção da Sociedade Promotora de Imigração era possibilitar a menor saída de imigrantes das fazendas de café, não só de retorno para a Europa, como também para países vizinhos (como a Argentina) e ou para outras áreas do Brasil. A Sociedade Promotora de Imigração considerava que as famílias desenvolviam maior apego à terra, e assim se evitaria maior rotatividade de imigrantes.<sup>43</sup> Embora os governos Central e Provincial trouxessem emigrantes por conta própria, e permitissem a entrada de emigrantes solteiros, caso fossem espontâneos, isto é, sem custo para o Governo, a Sociedade Promotora de Imigração tinha, como exigência, a preferência por famílias de imigrantes. Todavia, para que um imigrante solteiro recebesse auxílio provincial deveria comprovar ser trabalhador rural.

O projeto da Sociedade Promotora de Imigração surgiu por interesse da elite paulista produtora de café que, ao se articular em torno dessa Sociedade, visualizou a possibilidade de trazer emigrantes europeus para trabalhar nas suas fazendas de café, em substituição à força de trabalho escrava. Os imigrantes foram contratados como trabalhadores rurais assalariados, e receberam, nas terras da fazenda, uma casa para morar, um lote de terra para cultivar gêneros alimentícios, e a responsabilidade de cuidar de uma determinada quantia de pés de café. A partir da prática dessa Sociedade, houve também mudanças no próprio ser-

---

<sup>43</sup> Ibidem, pp. 281.



viço de imigração da província de São Paulo, que passou a seguir a mesma forma de contrato praticado pela Sociedade. São Paulo recebeu mais de ¼ de milhão de imigrantes europeus, sobretudo italianos, os quais contribuíram na expansão da lavoura de café, e na ocupação e ampliação das terras do oeste paulista, permitindo um grande acúmulo de riquezas aos fazendeiros de café, e também aos membros da Sociedade Promotora de Imigração, que eram igualmente fazendeiros de café.

Essa Sociedade foi idealizada e estruturada por um grupo de importantes e eminentes fazendeiros de café, que tinha como principal preocupação garantir mão-de-obra para as lavouras, num momento em que se questionava o fim do trabalho escravo no Brasil. Para os grandes produtores de café, a imigração de europeus seria a solução para a escassez de força de trabalho livre, uma vez que muitos deles já conheciam a experiência com trabalho livre imigrante, como por exemplo, a família Souza Queiroz, que teve como sócio em um dos seus empreendimentos o Senador Vergueiro, pioneiro na criação e prática do trabalho livre imigrante, em sua fazenda Ibicaba em São Paulo. Posteriormente essa prática foi adotada, com algumas modificações, pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo.

Pessoas ilustres fizeram parte do quadro da Sociedade Promotora de Imigração, como vários membros da família Souza Queiroz, os Prados, Pães Barros. O governo da província de São Paulo participou ativamente. O vice-presidente da província - o barão de Parnaíba, e o presidente da província - Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, participaram, inclusive, como sócios.<sup>44</sup> Os jornais mais conhecidos de São Paulo, como o *Correio Paulistano* e *A*

---

<sup>44</sup> Petrone, Maria Teresa Schorer. *Imigração Assalariada*, op. cit., pp. 282.

Província divulgaram o início das atividades da Sociedade Promotora de Imigração, e não mediram esforços para elogiar a iniciativa do Barão de Parnaíba e demais sócios.

**Tabela 2:** Entrada de Imigrantes em São Paulo 1870-1905

Período	Número de Imigrantes
1870-1879	14.627
1880-1889	19.201
1890-1899	17.084
1900-1905	3.326

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil. Ano V, 1930/40. IBGE, Rio de Janeiro.

Aos fazendeiros de café, especialmente do Oeste Paulista, área onde a cultura do café toma maior expansão, faltava a atração de uma corrente migratória que pudesse trazer muitos imigrantes que se dedicassem à lavoura cafeeira, principalmente, sem custo algum ou com poucos custos para os fazendeiros, porque as elevadas dívidas dos grandes proprietários impediam que a imigração em massa fosse realizada. Com a iniciativa da Sociedade Promotora de Imigração e o apoio da elite agrária paulista, a falta de braços para a lavoura de café iria ser solucionada com a introdução de uma abundantemente corrente imigratória, como era desejada pelos fazendeiros de café, embora os custos para cooptar imigrantes para as fazendas tenham sido muito altos para os Governos Imperial e Provinciais, especialmente para o governo da província de São Paulo.

Com a assinatura do contrato de administração da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo, a Sociedade Promotora de Imigração assume todas as atividades quanto ao imigrante, como: localização, contratação, transporte e disposição nas fazendas de São Paulo, uma vez que, ao

proceder dessa maneira, garantia a colocação do imigrante europeu nas fazendas de café de São Paulo, pois, era na hospedaria que os fazendeiros mantinham contato direto com os imigrantes e ofereciam os contratos de trabalho. Os recém-chegados ainda não tinham condições de sair em busca de oportunidades de trabalho. Durante os nove anos de atuação (1886-1895), essa Sociedade contrata e introduz 126.145 imigrantes em São Paulo, na sua maioria italianos do Norte, com colocação inicial de 100% em fazendas de café paulistas. Interessada em divulgar seus objetivos, ela chegou a publicar o trabalho "A Província de São Paulo" em alemão, italiano e português numa edição de 80.000 exemplares que foram distribuídos pela Europa, especialmente pelo Norte da Itália.<sup>45</sup>

Em 1891 a Constituição Federalista do Brasil República colocou toda a terra pública e os regulamentos de propriedade sob a jurisdição dos Estados, o que facilitou a atuação do governo de São Paulo em relação à política da mão de obra estrangeira nas fazendas de café.

A colonização europeia em São Paulo diferencia-se das outras regiões do Brasil, visto que em São Paulo se privilegiava os trabalhadores rurais e não se incentivava a propriedade da terra para os imigrantes. A imigração europeia, em São Paulo, recebeu enorme subvenção dos governos, sobretudo do provincial, onde não se formaram núcleos coloniais etnicamente homogêneos, como ocorreu no Sul do Brasil.

---

<sup>45</sup> Ibidem, pp. 283.



### III: Polêmicas e dificuldades em torno da migração

...g, *Spin & Co., Liban.*

Von der Regierung concessionirtes Recht  
Gestattet durch eine, bei der Reichsversammlung  
Caution von 15000 Rubel.

Wiederum ist Passirung nach Siles  
Vierhundert

Passage-Billor

MOPOBHO  
No. \_\_\_\_\_





## 1. Por que os alemães emigraram

A deliberação em deixar a pátria é sempre muito difícil, e essa decisão só ocorre quando se vê nesse fato a possibilidade de obter melhores condições de vida fora do próprio país. Nessa perspectiva pergunta-se por que grande número de alemães necessitaram deixar a pátria?

Para responder a essa pergunta é necessário rever a mudança sócio-econômica entre os fins do século XVIII e o início do século XIX. Não só a Alemanha, mas toda a Europa respirava aliviada com o fim do flagelo napoleônico. Embora a guerra tivesse terminado em 1815, com a derrota de Napoleão na batalha de Waterloo, no entanto nada mudou nas péssimas condições porque a Alemanha passava tanto nas cidades como no campo.

No início do século XIX a manufatura e as primeiras indústrias faziam grande concorrência com os artesãos, e os produtos ingleses que entravam no mercado europeu tornam-se também grandes concorrentes no mercado alemão. O movimento camponês, apesar de ter dado ao trabalhador a liberdade de deixar as terras, muitos deles não podiam sair em virtude das dívidas contraídas com os proprietários. A entrada de produtos ingleses mais baratos no mercado e o avanço das técnicas agrícolas provocaram grande concorrência de preço, o que levou muitos agricultores a abandonarem a atividade agrícola, migrando para as cidades em busca de emprego.

Ao lado da indústria que despontava, ocorre o crescimento da população, em consequência da grande melhoria no setor da saúde, resultado do avanço qualitativo da alimentação, bem como programas de vacinação para crianças e adultos. A diminuição da mortalidade na Alemanha demonstra quanto a melhoria de vida cresceu no país. En-



tre 1851-1860 a mortalidade por 1000 habitantes era de 26,4, diminuindo para 18,7 entre 1901-1910. Em fins do século XIX e início do século XX, em virtude do desenvolvimento econômico e social, a esperança de vida aumentou consideravelmente. Entre 1871-1881 a perspectiva de vida para os homens era de 35,5 anos, cresceu para 47,4 entre 1910-1911. Nesse mesmo período as mulheres atingiam 38,4, e 50,6 anos de vida. Essas mudanças são acompanhadas de certa agitação social, e muitos jovens viam na emigração uma chance de melhorar as condições de vida.<sup>46</sup>

As más colheitas e as crises econômicas são agentes encorajadores da emigração. Carestia, fome, peste, catástrofe pertencem à história como causas que provocaram e provocam graves consequências. A Alemanha viveu vários momentos de crises motivados por essas causas. Em 1194 a cidade de Nuremberg foi atingida por uma grande seca e, depois de dois anos houve informações de que um grande vento provocara mortes humanas. A guerra camponesa, em 1524-1525 na Alemanha, foi um instrumento contra a perspectiva de tempo de escassez de alimentos. A revolução de 1848 na Alemanha foi um movimento que se organizou influenciado também pela carestia alimentar. Em 1844, nas grandes cidades, 2/3 da população viviam abaixo das condições mínimas de sobrevivência. Em Oberschlesien mais de 80.000 pessoas adoeceram em consequência de anos de carência alimentar, ou seja, de fome.

Nos meados do século XIX a fome existente na Irlanda levou cerca de 8,5 milhões de pessoas a deixarem a ilha. Os trabalhadores rurais e artesãos urbanos se viram sem perspectivas de sobrevivência, particularmente, após a restauração monárquica nos estados germânicos, imposta pelo Congresso de Viena. Deixar a pátria abriu, para esses

<sup>46</sup> Ritter, Gerhard A., Kocka, Jürgen, op. cit., pp. 46-50.

homens, novas esperanças. Os agentes de propaganda em torno do lucro que a emigração poderia gerir, investiram fortemente no mito de “fazer a América”, terra que ofereceria oportunidades de se fazer riqueza e de se ter uma vida independente.

O desconhecido provoca o desejo de curiosidade e *“frequentemente sonhamos com o país distante, a terra prometida onde possamos realizar nossos desejos”*<sup>47</sup>. O medo da fome levou milhões de alemães a emigrarem para o Novo Mundo, com o sonho de conquistar uma vida mais promissora. Em 1776, viviam cerca de 200.000 alemães na região que viria a ser os Estados Unidos da América. Muitos alemães foram para essa região como soldados durante a guerra da independência dos Estados Unidos. Entre 1820 e 1930 cerca de 5,9 milhões de alemães emigraram para os Estados Unidos, a terra nova que oferecia sonhos de grande prosperidade, de liberdade política e religiosa. Emigraram mais homens que mulheres, e os homens encontravam-se em idade entre 15 e 40 anos, e representavam uma importante força de trabalho. Isto significou também uma perda para a economia alemã, visto que boa quantidade da força de trabalho produtiva deixava o país.<sup>48</sup>

As principais causas da emigração alemã estão vinculadas a diversos aspectos: más colheitas, superpovoamento, êxodo rural, desemprego, escassez de terras, grandes cargas tributárias (decorrentes das guerras napoleônicas), valor altíssimo da terra e queda dos preços dos produtos agrícolas. Não devem ser subestimadas as razões políticas que motivaram a saída de revolucionários em 1848, e de minorias teutas do Leste Europeu, bem como as persegui-

---

<sup>47</sup> Leite, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 5. ed., São Paulo: Ática 1992, p. 16

<sup>48</sup> Ritter, Gerhard A.; Kocka, Jürgen, op. cit., pp. 46.

ções religiosas que provocaram a emigração de comunidades religiosas (como os mennonites), e ainda a eficácia da propaganda e os subsídios concedidos pelas companhias de navegação e pelos agentes do governo brasileiro.

A grande onda emigratória na Alemanha ocorreu, sobretudo, em três fases: 1846-1847, 1864-1873 e em 1880 e 1893. As causas que motivaram a intensa emigração nessa primeira fase foram as más colheitas, o que provocou escassez e carestia de alimentos, o grande aumento populacional e o movimento revolucionário de 1848. Nessa época ocorreu também a descoberta de minas de ouro na Califórnia, o que acelerou ainda mais a onda emigratória dos anos de 1840. A segunda fase dá-se estimulada pela grande depressão, em consequência do conflito de 1870-1871 entre a Alemanha e a França. A terceira, que se deu com maior intensidade, é motivada pela industrialização e pelos preços baixos dos produtos agrícolas, o que causou poucas perspectivas de vida nos centros urbanos para os trabalhadores rurais. O aumento de pessoas sem moradia nos centros urbanos tende a crescer, além da pobreza entre a massa de camponeses.<sup>49</sup>

Nos meados dos anos 80 os alemães alcançaram um novo recorde no ultramar. Em 10 anos, de 1880 a 1890, emigraram 1,5 milhões de pessoas da Alemanha, das quais 206.189 somente em 1881, ano em que a emigração atingiu a cifra mais alta, em todo o período de 1847 a 1914. Foi uma quantidade alarmante e, em algumas regiões da Alemanha, surgiram fortes comoções, e foi motivo de discussões em círculos políticos e econômicos. De acordo com as estatísticas alemãs, foram dos estados da Prússia, Baviera e Wurttemberg que mais emigraram alemães para o Brasil. A

<sup>49</sup> Craig, Gordon A. *Geschichte Europas im 19. und 20. Jahrhundert, 1815-1914*. Tradução de Marianne Hopmann. München: Verlag C. H. Beck, 1979, v. 1; Pellanda, Ernesto, op. cit, pp. 101; Roche, Jean, op. cit.; Dealhaes-Guenther, Dietrich, op. cit.

maior participação coube à Prússia que, entre 1871 e 1880, contribuiu com 83,7%, parcela que diminuiu para 60,8% entre 1891 e 1900. Ao eclodir a Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Prússia ainda participou com 55,8% no total de emigrantes alemães para o Brasil.<sup>50</sup>

Além da propaganda em torno da colonização que havia na Alemanha, por parte das agências interessadas em atrair emigrantes, a emigração alemã foi acompanhada também pelo grande crescimento da população. Em 1800 a Alemanha possuía cerca de 24,5 milhões de habitantes, quantidade que aumentou para 31,7 milhões em 1850. Em 1900 a população atingiu 50,6 milhões e em 1913 registrou-se 67 milhões de habitantes. Entre 1871 e 1890 o aumento demográfico na Alemanha cresceu de 41 para 49,3 milhões, este crescimento ocorreu numa fase em que a economia ainda não se encontrava totalmente integrada para acomodar-se à nova realidade. Esse fato suscitou várias discussões em torno da produtividade, a qual deveria provocar maior expansão econômica. No bojo desse debate surgiu também a questão sobre a pressão que o grande crescimento populacional provocaria na sociedade alemã.<sup>51</sup>

Os pensadores List, Roscher, e outros afirmavam que o emigrante deveria pagar impostos e assim colaborar com a prosperidade da nação. Outras tantas opiniões surgiram em torno da emigração. Nas discussões em torno do papel dos emigrantes alemães, nos diversos países onde se fixaram, era comum representantes do poder, cientistas e intelectuais defenderem a ideia de que eles deveriam contribuir para melhorar a formação do povo na nova terra, e que a

---

<sup>50</sup> Banzhaf, Bernhard. *Die Auswanderung aus Deutschland nach Brasilien 1871 bis 1930*. Diplomarbeit. Erlangen/Nürnberg, Friedrich-Alexander-Universität, 1976, pp. 62.

<sup>51</sup> Armengaud, André, op. cit., pp. 14; Ritter, Gerhard A., Kocka, Jürgen, op. cit., pp. 34.

força de trabalho, o capital e a capacidade profissional fossem utilizados como concorrentes nos novos mercados.

Embora muitos alemães considerassem o afluxo emigratório uma perda para a economia, boa parte admitia que cada emigrante agiria como um verdadeiro viajante, um propagandista dos produtos alemães. Nessa lógica, a formação profissional, o capital e a força de trabalho deveriam ser rentáveis e ampliados nos países jovens, onde, com a liberdade do desenvolvimento, seriam vencedores. O êxito dos emigrantes representava, por conseguinte, o fortalecimento da Alemanha nos demais mercados, porquanto houve sempre a preocupação para que o imigrante alemão mantivesse seus costumes de origem.

**Tabela 3: Imigração Alemã no Brasil 1824-1909**

Período	Total
1824-1847	08.176
1848-1872	19.523
1873-1879	14.325
1880-1889	18.901
1890-1899	17.084
1900-1909	13.848

Fonte: Pellanda, Ernesto, op. cit., pp. 21.

A massa emigratória não teve qualquer tipo de organização. Todo alemão que tivesse prestado o serviço militar (e ou estivesse liberado do mesmo), pago suas dívidas e seus impostos podia emigrar. Não havia nenhum órgão estatal que se preocupasse com a questão da emigração, uma vez que todo cidadão tinha a liberdade de sair do seu país, de deixá-lo. Normas para regulamentar a emigração só vieram em 1897, com a Lei de Emigração do Império Alemão. A

emigração espontânea passou a ser regulamentada e quem desejasse sair deveria receber uma permissão em que constassem as exigências feitas pelas autoridades competentes.<sup>52</sup>

Também não havia navios com capacidade suficiente para transportar o grande número de emigrantes, e muitos deles também não tinham condições de pagar as despesas com a passagem e manutenção durante a viagem. Surgiram na Alemanha algumas organizações privadas com o objetivo de orientar o emigrante. Em 1843, foi criada uma dessas organizações em Düsseldorf, em 1848, surge outra em Dresden, em Leipzig e em Frankfurt. A partir de 1849, houve o interesse para que essas organizações se estruturassem no âmbito do governo, mas essa tentativa não deu resultados.

Quando, em 1891, os estados brasileiros tomaram para si a subvenção para a imigração, o afluxo migratório passou a ter maior correlação com os gastos que cada estado assumia para atrair os estrangeiros. Neste caso, coube a São Paulo um maior investimento, uma vez que este estado possuía grande receita econômica. Com o intuito de incentivar ainda mais a migração, o governo paulista passou a oferecer um prêmio de 100.000 francos às companhias de navegação que em um ano transportassem mais de 100.000 emigrantes.

Os Estados Unidos foram o país de maior interesse dos alemães, ocupando o primeiro lugar entre aqueles para onde os alemães se dirigiram. Logo depois vinha a Argentina, Brasil, Canadá, Austrália e Chile. Entre as diversas razões que levaram esses emigrantes preferirem os Estados Unidos, estão a liberdade religiosa, o clima e as possibilidades de fazer riqueza, uma vez que nesse país, o acesso

---

<sup>52</sup> Marschalck, Peter. *Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert*. Stuttgart: Ernst Verlag, 1973, pp. 9-29; Pellanda, E. op. cit., pp. 101; Carneiro, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950, pp. 60; Delhaes-Guenther, Dietrich, op. cit., pp. 28; Roche, Jean, op. cit.; Mönckmeier, Wilhelm, op. cit., pp. 25.



à terra era relativamente mais abrangente. Em relação ao Brasil, vários fatores contribuíram negativamente para o afluxo migratório, entre os quais estão: a distância geográfica, conseqüentemente aumento do preço da passagem; o clima tropical, as péssimas condições sanitárias, as epidemias constantes como o cólera e a febre amarela; restrições religiosas, presença do latifúndio com base no trabalho escravo e a falta de uma política imigratória permanente. Afora estes problemas, o Brasil interrompeu em parte suas atividades para atrair emigrantes europeus exatamente no início da grande emigração europeia. Para os Estados Unidos se dirigia espontaneamente a corrente emigratória, e nada que se lhe comparasse oferecia o Brasil:

“terra ignota, sobre a qual corriam lendas as mais extraordinárias; terra distante, agreste, coberta de matas tropicais indesejáveis, onde, sob um clima que se dizia caustigante e incompatível com o homem branco, grassavam as epidemias, o Brasil não oferecia condições atraentes aos emigrantes.”<sup>53</sup>

Investiu-se muito para atrair emigrantes europeus para o Brasil, e aqueles interessados difundiam na Alemanha e em outros países, como na Itália, a imagem de que o Brasil era um paraíso, um lugar de fazer fortuna. As agências contratadas para arregimentar emigrantes receberam, de um modo geral, apoio das companhias de colonização para divulgar a boa imagem do Brasil, através da publicação de artigos na imprensa, distribuição de folhetos, carta-

---

<sup>53</sup> Costa, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*, op. cit., p. 150.

zes, periódicos, literatura etc.<sup>54</sup> No Sul do Brasil os imigrantes tiveram a possibilidade de adquirir terras e se tornarem proprietários, e esse era o principal motivo que os atraía para aquela região, sendo também uma das razões que mais motivou a onda emigratória alemã para o Brasil. Os emigrantes alemães, como também de outras nações (italianos e poloneses por exemplo) queriam adquirir terras, ser proprietários e desenvolver seus próprios negócios.

---

<sup>54</sup> Marschalck, Peter, *op. cit.*, pp. 16; Alves, Débora Bendocchi, *op. cit.*, pp. 85.

## 2. Dificuldades enfrentadas pelos emigrantes

A travessia do Oceano Atlântico até chegar ao Brasil poderia durar de dois até quatro meses. Os navios eram normalmente sobrecarregados, com escassa alimentação e pouca higiene. Os emigrantes de um modo geral não tomavam conhecimento das dificuldades da longa viagem. Eles só poderiam levar em sua bagagem as coisas mais necessárias e em pequenas quantidades. Quem decidia emigrar necessitava se desfazer de seus objetos e vendê-los com fim de adquirir algum dinheiro para a viagem. A viagem de trem até os portos de partida era feita com grandes dificuldades, necessitando os emigrantes pernoitar em algum lugar. Os portos de Hamburgo e Bremen eram os mais procurados pelos emigrantes alemães que se dirigiam para o Brasil, porque esses portos mantinham um ativo tráfico de mercadorias com o Brasil.<sup>55</sup>

Eles enfrentavam também muitos obstáculos nos portos, sobretudo com a documentação, o valor de passagem e a longa espera pelo embarque. Nos portos existiam muitos atravessadores para organizar as viagens, e muitas vezes eram inescrupulosos quanto às orientações e à cobrança do valor das passagens. Vários emigrantes viajaram em lugares desconfortáveis, cabines pequenas e sem circulação de ar; às vezes a alimentação era escassa, além da pouca higiene no navio. Dessa maneira ocorreram várias perdas de tripulantes durante essas viagens, mas as empresas de navegação não divulgavam os dados sobre o número de

<sup>55</sup> Just, Michael. *Auswanderung und Schiffahrtsinteressen*. Stuttgart: Franz Steine Verlag, 1992, V. 5 (Von Deutschland nach Amerika); Leite, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. In: *Revista Análise Social*, v. XXVI. Instituto, de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, pp. 741-752. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt>.

mortos, para que a empresa não fosse prejudicada. A viagem de travessia do Oceano Atlântico só começou a melhorar a partir dos meados do século XIX, com a introdução de navios a vapor.

Os emigrantes que vieram para o Brasil em 1819, oriundos de Freiburg e que se instalaram em Nova Friburgo, enfrentaram uma viagem desastrosa. Tiveram de esperar durante dois meses no porto para poderem embarcar. Algumas navegações estavam superlotadas que as condições de viagem se tornaram insuportáveis, e alguns foram acometidos por epidemias, o que dizimou parte da população.

Era comum haver tempestades durante o percurso da viagem. O primeiro veleiro que saiu de Hamburgo, em 27.07.1823, foi assolado por fortes tempestades, sendo obrigado a parar em alguns portos para ser recuperado. Outra navegação que sofreu enormes dificuldades foi o *Germania*, que saiu de Hamburgo em nove de maio de 1824. Durante a viagem desse navio houve rebeliões e desordens. Nele encontravam-se colonos e soldados e, no meio deles, um pequeno contingente de ex-prisioneiros, saídos da casa de reclusão de Hamburgo.<sup>56</sup>

Os problemas com que os emigrantes se defrontavam, antes de chegarem ao país de destino, eram muitos, e dentre eles enumera-se: antes de emigrar os interessados deviam fazer um requerimento que fosse aprovado pelas autoridades competentes, viagem cansativa até os portos, alojamento nos portos (aluguéis exorbitantes de quartos), longa espera pelo embarque; exploração nas vendas de passagens, informações de viagens sem credibilidade e assinatura de contrato com falsas promessas, escassez de ali-

---

<sup>56</sup> Leite, Joaquim da Costa, op. cit.; Weissheimer, Egídio. Imigração alemã no Brasil, parte I, II, III. Disponível em: <http://www.mluther.org.br>.

mentos, doenças e epidemias, tanto nos portos como nos navios, que quase sempre provocavam mortalidade de alguns enfermos, além de tempestades. No século XX a viagem do emigrante melhorou bastante, uma vez que eram realizadas em navios a vapor. Diminiu o tempo, melhorou a hospedagem nos portos, e em virtude das organizações e leis que protegiam os emigrantes, eles passaram a ser orientados com mais eficácia.

Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes sofriam para se adaptar ao clima e às novas condições de vida. Além das dificuldades já citadas, havia a questão do idioma. No contrato afirmava que após o desembarque, os imigrantes eram enviados às colônias de povoamento e ou às fazendas de café, entretanto eles comprovavam que muitas promessas estabelecidas no contrato de emigração não eram cumpridas, a começar pelo tempo que eles passavam na hospedaria esperando o encaminhamento para as colônias. Quando chegavam às colônias, eles se deparavam às vezes com a falta de demarcação dos lotes, ou com a demarcação feita apenas na parte frontal, necessitando os limites laterais, o que gerava outros conflitos. Algumas colônias ficavam em áreas infértéis, dificultando a produção da agricultura de subsistência.



### 3. Polêmicas e propaganda em torno da migração

#### 3.1. Os agentes negociadores e as dificuldades dos emigrantes alemães

As polêmicas em torno da figura e das práticas dos agentes negociadores são inúmeras. Com freqüência eles davam falsas esperanças aos emigrantes. Na realidade, as condições que esperavam essa massa de emigrantes, na maioria trabalhadores rurais, eram muito diversas e menos atraentes do que as retratadas pelos agentes de emigração.

A ausência de critério e a forma como era conduzido o recrutamento foram objeto de atritos entre o próprio governo brasileiro e as empresas recrutadoras, sobretudo quanto à condição profissional do emigrante. O governo brasileiro pagava a viagem somente para famílias de agricultores, enquanto os agentes interessados em recrutar um maior número, embarcavam solteiros e casados, camponeses, barbeiros, trabalhadores rurais; sapateiros, pedreiros, alfaiates, muitos deles nunca haviam trabalhado na terra.

Embora a grande maioria dos emigrantes que chegou ao Brasil não tivesse qualificação profissional, ela veio para um meio preparado para recebê-la como gente laboriosa e de confiança, dotada de aptidões especiais para atender às exigências da economia brasileira em expansão. O trabalhador nacional era visto como uma pessoa desprovida de habilidades para o trabalho, ao passo que a imagem do imigrante europeu era cultivada como a do homem apto ao desenvolvimento econômico para o qual o Brasil despertava.

Os imigrantes alemães que se fixaram nas colônias formaram a categoria de pequenos proprietários, se bem que muitos deles tenham se dedicado às atividades comerciais

e industriais. Os imigrantes italianos que se fixaram em São Paulo formaram a massa trabalhadora nas fazendas de café, e ou nos centros urbanos. Em 1901, na indústria de São Paulo, a participação dos operários nacionais alcançava apenas 10%.<sup>57</sup>

Na Alemanha eram comuns as queixas nos jornais contra as opressões e injustiças sofridas pelos imigrantes alemães no Brasil, embora, como já se afirmou, muitos jornais publicassem reportagens a favor da imigração alemã no Brasil. Um dos resultados da polêmica, em torno da imigração alemã no Brasil, foi o decreto do ministério von der Heydt (Heydtsches Reskript), em 1859, que a proibia, embora esse decreto só tenha conseguido restringir o afluxo migratório. O decreto proibia também a prática dos agentes de viagem e definia melhor a propaganda em torno da emigração, o que influenciou a saída de emigrantes alemães com destino para o Brasil, fato que levou a Governo Imperial reagir para impedir a diminuição do afluxo migratório. Enquanto algumas autoridades alemãs questionavam as consequências da emigração, procurando restringi-la a qualquer custo, alguns estados alemães passaram a exigir do emigrante a quitação do serviço militar, o pagamento de toda e qualquer dívida, imposto de 10% sobre o total de seu patrimônio e a perda da cidadania. Outros estados acabavam incentivando a emigração, oferecendo orientação quanto aos procedimentos para a realização da viagem.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Trento, Angelo. Miséria e esperanças: a emigração italiana para o Brasil: 1887-1902, In: Roio, José Luiz del (Org.). *Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização*. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Ícone/Edusp, 1990, p. 40-

<sup>58</sup> Marschalck, Peter, op. cit., pp. 19.

**Tabela 4:** Imprensa Alemã sobre a Emigração

<b>Ano/Publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Local de Publicação</b>
1846/47-1871	Allgemeine Auswanderungszeitung	Rudolfstadt
1847-1850	Der deutsche Auswanderer	Darmstadt, 1848-50 Frankfurt
1848	Deutsche Auswanderungszeitung	Leipzig
1848-1851	Der sächsische Auswanderer	
Ab 1850	Der Auswanderer Hansa	
Ab 1852	Hansa, Organ für deutsche Auswanderung	Hamburg
1852-1875	Deutsche Auswanderer-Zeitung	Bremen
1880/81-1881/82	Neue Auswanderungs - Zeitung	-
Desde 1881/82	Auswanderungs-und Deutsch-amerikanische Zeitung	Leipzig
1882-1884	Der Auswanderer	Dresden

Fonte: Marschalck, Peter, op. cit., p. 19.

Os jornais publicavam informações sobre os países de interesse dos emigrantes, divulgavam cartas que os imigrantes enviavam para os seus familiares, e reportagens sobre os países receptores de emigrantes.<sup>59</sup>

<sup>59</sup> Marschalck, Peter, op. cit., pp. 19; Alves, Débora Bendocchi, op. cit., 85.

**Tabela 5:** Associações Alemãs de Emigrantes: 1833-1850

<b>Fun- dação</b>	<b>Nome</b>	<b>Local</b>
1833	Gießener Auswanderungsverein	Gießen
1843	Auswanderungsverein	Düssel- dorf
1844	Verein zum Schutze der deutschen Einwanderer in Texas	Mainz
1845	Guatemala-Verein	
1845	Preussischer Verein für die Moskito-Küste	Berlin
1846	Zentralbureau für Fürsorge der Auswanderung	Leipzig
1848	Nationalverein für Auswanderung	Frankfurt
1848	Nationalverein für Deutsche Auswanderung und Ansiedlung	Darms- tadt
1848	Zentral-Auswanderungsverein	Leipzig
1848	Nationalverein für deutsche Auswanderung	Leipzig
1848	Verein für Auswanderung im Schlesischen Gebirge	
1848	Zentralverein für deutsche Ansiedlung in überseeischen Ländern	Stuttgart
1848	Auswanderungs-Verein	Breslau
1848	Verein für Auswanderung nach Texas	Düssel- dorf
1849	Badischer Verein für deutsche Auswanderung	Karlsruhe
1849	Zentralverein für Auswanderung nach Australien	Dresden
1848	Auswanderungshauptverein im Königreich Sachsen	
1849	Kolonialgesellschaft für Zentralamerika	Berlin

1848	Verein zur Zentralisation deutscher Auswanderung und Kolonisation	Berlin
1849	Gesellschaft für nationale Auswanderung und Kolonisation (für Chile)	Stuttgart
1849	Hamburger Kolonisationsverein für Süd-brasilien	Hamburg
1850	Verein zum Schutze der Auswanderer	Frankfurt
1850	Thüringischer Verein für deutsche Auswanderung	-
1850	Auswanderungsgesellschaft für Süd-Bra-silien	Berlin
1850	Auswanderungsgesellschaft für Süd-Aus-tralien	Berlin
1850	Auswanderungsverein für Süd-Amerika	Berlin
1850	Verein für deutsche Auswanderung und Kolonisation	Berlin

Fonte: Marschalck, Peter, op. cit., p. 21.

Apesar do governo brasileiro ter muito interesse em estruturar a colonização europeia no Brasil, sabe-se que o governo central não dispunha de capital suficiente para investir na política de imigração, que exigia enormes investimentos e grande número de pessoal administrativo. Basta lembrar que das 96 colônias particulares criadas, entre 1846 e 1860, no Sul do Brasil, sobreviveram apenas trinta, e das 33 colônias estatais (do Governo Central e ou Provincial) foram desfeitas 29. Apesar desse fato, a colonização alemã (europeia) no Sul do Brasil apresentou grandes resultados, uma vez que as províncias do Sul se desenvolveram em todos os aspectos, com a intensa participação do imigrante europeu.



### 3.2. Polêmicas sobre os imigrantes alemães no Brasil

Entre os fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a emigração para o Brasil foi motivo de discussão tanto na Alemanha como no Brasil. Políticos e cientistas alemães destacavam a região Sul do Brasil como destino preferido para a emigração. O Brasil se envolve no debate do branqueamento da raça, e a Alemanha em relação ao germanismo (Deutschtum). As discussões em torno da emigração para o Brasil estavam inseridas nos discursos contemporâneos em torno da raça e da cultura.

A expansão imperial europeia se deu através também da migração de funcionários administrativos, comerciantes e colonos dos países europeus para às colônias. Na Alemanha, as expansões coloniais, assim como os destinos preferidos dos emigrantes, foram debatidos a partir do prisma dos interesses políticos e econômicos. O colonialismo europeu transferiu também as teorias sociais europeias, e os cientistas da época tentavam entender as diferenças culturais por meio de características físicas consideradas indispensáveis. A ideia de raças distintas implicou, para a maior parte dos cientistas, numa hierarquia entre elas, a qual definiu a raça branca como superior. Desses pensamentos resultou a ideia do aperfeiçoamento da raça baseada nas condições mais propícias para a reprodução e melhoramento da raça humana, o que veio contribuir para consolidar a própria hegemonia racial, através das teorias de inferioridade dos homens não brancos. Os defensores da eugenia e nacionalistas alemães acreditavam que a miscigenação era negativa para o povo alemão, o que para tanto levou alguns estudiosos propagarem e defenderem uma pretensa superioridade racial alemã. Ao propagarem a pureza da raça, esses cientistas defendiam o isolamento

do povo alemão tanto na Alemanha como nos países de destino dos emigrantes.<sup>60</sup>

A preservação da identidade alemã e a questão da aclimatização se estendem também no âmbito dos debates econômicos e políticos. Nacionistas como Heinrich von Treitschke (1834-1896) e Hermann Meyer lamentavam a rápida aculturação dos emigrantes alemães nos Estados Unidos, e atribuíram esse fato à semelhança das características *völkisch*<sup>61</sup> dos alemães e dos norte-americanos. Como os imigrantes no Brasil mantinham costumes e tradições alemães e consideravam-se alemães ou, no máximo, teuto-brasileiros, os nacionalistas, como o editor Hermann Meyer (1871-1932), o historiador e diplomata Richard Krauel (1848-1918) e o economista Robert Jannasch (1843-1919) estavam convictos de que a preservação dos costumes e hábitos alemães representavam também um meio de expansão de novos mercados para a Alemanha.<sup>62</sup>

No meio científico os debates sobre a questão da aclimatização levaram os cientistas alemães discutirem quais seriam as regiões desejadas como destino do emigrante alemão. Esses estudos apontaram que a emigração desejável seria somente a que possibilitassem a sobrevivência de uma geração sadia e sem perigo de miscigenação com a população autóctone. Nesse contexto, eles consideraram o Brasil,

---

<sup>60</sup> Lorenz, Stella, *op. cit.*, pp. 32.

<sup>61</sup> *Völkisch* é um termo alemão usado para designar as características do povo alemão tanto no contexto da etnia quanto aos costumes e à cultura. Posteriormente, os partidos alemães de orientação nacionalista, racista e antisemita usaram esse termo no sentido de supervalorizar as características essenciais do povo alemão. Esses partidos são considerados os antecessores do nacional-socialismo.

<sup>62</sup> Lorenz, Stella, *op. cit.*; Lisboa, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. In: Revista Espaço Plural. Paraná: Unioeste. Ano IX, n. 19, 2. Semestre, 2008, pp. 95. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>.

em especial a região Sul, uma área propícia para a manutenção da saúde física e da identidade dos alemães.<sup>63</sup>

O Brasil se estruturou como uma sociedade de etnia diversa, todavia essa miscigenação contrariava os interesses do país, o que fez com que a miscigenação (ou africanismo) fosse vista como um aspecto de atraso econômico e cultural para a nação brasileira. As teorias raciais europeias eram lidas e divulgadas por cientistas e políticos brasileiros, o que levou esses intelectuais argumentarem em favor do branqueamento da raça através da imigração estrangeira, especialmente a alemã. Os defensores do branqueamento tinham uma maior participação da cor negra na formação do povo brasileiro, daí o uso do termo africanismo da população.

Para os alemães e seus descendentes, a identidade étnica revestia-se de uma valorização e cultivo de traços, não somente de sangue, mas também culturais, religiosos e étnicos do país de origem, por essa razão os teuto-brasileiros (expressão que designa os alemães que vieram para o Brasil e seus descendentes) deram grande importância à preservação de certas tradições e heranças de seus antepassados. O empenho pela garantia da pureza étnica, da língua, costumes e tradições alemães é definido como *Deuschtum*, expressão que significa germanismo.<sup>64</sup> Alguns cientistas consideravam alemães exclusivamente as pessoas de des-

---

<sup>63</sup> Cientistas alemães realizaram pesquisas sobre os bens culturais de povos colonizados, medindo seus corpos e do próprio alemão para determinar as diferenças raciais. Eles concluíram na existência de uma superioridade alemã. Lorenz, Stella, op. cit.

<sup>64</sup> Germanismo é a tradução em português da palavra *Deuschtum*. Essa expressão é usada para designar o conjunto da população de alemães e seus descendentes. Porém, de um modo geral entende-se por *Deuschtum* uma ideologia e uma prática da germanidade das populações de origem alemã. O termo germanismo é usado também para designar a influência das idéias filosóficas alemãs no pensamento brasileiro da segunda metade do século XIX.

condência alemã; outros se concentravam nas práticas culturais e concebiam alemães todos os imigrantes de língua alemã, como teuto-russos, teuto-suíços e teuto-austríacos. A preservação das características culturais alemãs entre os colonos seriam segundo os defensores do germanismo (Deutschtum), a língua alemã, os traços culturais e costumes alemães; a manutenção da pureza étnica, o suposto precioso trabalho alemão, e qualidades como zelo, modéstia, disciplina, firmeza e força. Nesse sentido, as instituições religiosas (como a igreja), as escolas e associações culturais eram fundamentais para a preservação dos costumes alemães no Brasil. Para os imigrantes alemães e seus descendentes, o germanismo (Deutschtum) tem muita importância porque demonstra seu pensamento a respeito de sua origem, seus ancestrais, bem como sua ligação com a mãe-pátria. De acordo com Seyferth, a ideia de Deutschtum define pertencimento à etnia alemã (crença na mesma origem ou raça), no poder da união da língua, na cultura compartilhada, que une todos os imigrantes alemães e seus descendentes à pátria original ou seja à nação alemã. Deutschtum supõe pertencimento nacional baseado no direito de sangue e, por isso, os imigrantes e descendentes se consideram alemães (Deutsche) mesmo no Brasil.<sup>65</sup>

Os defensores da preservação étnica e cultural dos colonos alemães concebiam a aculturação ao meio brasileiro uma degeneração dos ideais raciais e dos costumes do povo alemão. Todavia, houve também cientistas que admitiram as mudanças físicas e culturais como positivas para os

---

<sup>65</sup> Gertz, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998, pp. 32; Seyferth, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981; Seyferth, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: Panddolf, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 204.

emigrados. Os defensores da preservação do povo alemão acreditavam encontrar nos emigrados alemães qualidades descritas como germânicas, isto é, eles apoiaram-se na ideia de ascendência germânica. Por essas razões, a região do Sul do Brasil, na imaginação de alguns alemães, tornou-se um lugar de autenticidade, da força e da capacidade do povo germânico, porque nessa região as colônias alemãs haviam se desenvolvido e os imigrantes e seus descendentes mantinham-se isolados e promoviam a defesa da ideologia da germanidade.

Desde o século XIX as referências sobre um suposto perigo alemão são publicadas com frequência tanto na imprensa internacional como em determinados jornais do Brasil. A imprensa francesa e a norte-americana divulgaram críticas sobre o papel dos colonos teuto-brasileiros e discutiram a possibilidade de uma invasão alemã no Brasil, especialmente na região Sul, cujos limites de fronteiras não eram bem definidos, e onde os colonos alemães se fixaram e tiveram representação cultural, social e econômica. A suposição de uma eventual invasão alemã nas áreas em que se encontravam os alemães, estava acompanhada da idéia de assimilação desses colonos à cultura brasileira. Como nas principais áreas de imigração (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) as colônias alemãs situavam-se em regiões pioneiras e de autoss segregação de imigrantes alemães, fez com que a miscigenação com outros grupos étnicos fosse bastante reduzida.<sup>66</sup>

Os imigrantes fundaram associações culturais, escolas, igrejas, e mantiveram a língua alemã no seu cotidiano, e realizaram poucos casamentos entre etnias diferentes, ou-

<sup>66</sup> Seyferth, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica, op.cit. Rinke, Stefan. *Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): nova emigração e mudança de identidades*. Tradução de Stefano Paschoal. In: *Revista Espaço Plural*. Paraná: Unioeste. Ano IX, n. 19, 2. Semestre, pp. 3-48. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>.



trossim era o desinteresse pela cidadania e pela política brasileira. Muitos alemães preservaram a sua individualidade étnica e nacional, apoiados, inclusive, pela propaganda da Liga Pangermânica (Alldeutscher Verband), fundada em 1891, que referia-se ao jus sanguinis e chamavam os colonos de origem alemã no Brasil de teuto-brasileiros (Deutschbrasilianer).<sup>67</sup>

### *Clube de Tiro ao Alvo de São Leopoldo - 1897*



Fonte: Roche, Jean, op. cit., v.2, p. 50.

O pensamento e a concepção de identidade entre os teuto-brasileiros de preservação do germanismo foram atacados na República velha (1889-1930), visto que essa con-

<sup>67</sup> Seyferth, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica, op. cit.; Gertz, René. op.cit., Mendes, Simoni. Nacionalismo e assimilação étnica em Santa Catarina. In: Revista Santa Catarina em História. Florianópolis: UFSC, v.1. n. 1. pp. 33. Disponível em: [www.http//seer.cfh.ufsc.br](http://seer.cfh.ufsc.br); Marlow, Sérgio Luiz; Moreira, Vânia Maria Losada. Identidade (s) no Estado Novo: a nacionaliação e os teuto-brasileiros. In: Revista Agora. Vitória, 2007, nr. 6, pp. 1-17. Disponível em: [www.http//ufcs.br/pphis/agora](http://ufcs.br/pphis/agora).

cepção de identidade se confrontava com os interesses de intelectuais e representantes do governo brasileiro, empenhados na construção do Estado e na integração nacional, que tinham no direito de solo e na assimilação cultural seus princípios básicos. Com o pretexto de que a nação brasileira não comportava duplas nacionalidades e que os teuto-brasileiros colocavam em risco a integridade nacional, a população alemã no Sul do país passou a ser estigmatizada por ser estrangeira e constituir quistos étnicos.

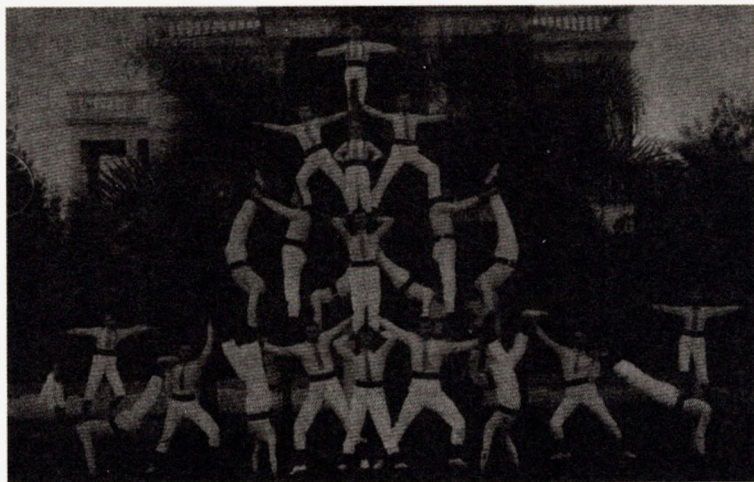
Entre os intelectuais brasileiros que defenderam a tese do “perigo alemão”, Silvio Romero foi um dos que mais se destacou. A ele coube também o papel de ser um dos mais extremados críticos do germanismo em terras brasileiras. Em 1906, ao editar o opúsculo “O allemanismo no sul do Brasil”, Silvio Romero emite um dos maiores ataques contra a forma de vida e a organização social da população de ascendência germânica no Brasil.<sup>68</sup>

Os possíveis interesses imperiais alemães no Brasil foram alimentados por conflitos diplomáticos entre o Império Alemão e o Brasil, como o caso Panther em 1911, e por atividades políticas dos próprios colonos, como a Associação do Povo Alemão (Volksverein), fundada em 1901, através da qual se lutava pela participação política e, ao mesmo tempo, pela individualidade étnica dos colonos alemães. Com o estopim da Primeira Guerra Mundial, as áreas de colonização alemãs no Sul do Brasil tornaram-se motivo de preocupação, de críticas e de defesa por parte de alguns intelectuais e políticos, e a questão da brasilidade passou a ter grande importância.

---

<sup>68</sup> Vogt, Olgário Paulo. O Alemanismo e o “perigo alemão” na literatura brasileira da primeira metade do século XIX. In: Revista Signo. Santa Cruz do Sul, 2007, v. 32, n. 53, pp. 228. Disponível em: [www.http//online.unisc.br](http://online.unisc.br).

## *Associação Alemã de Ginástica de São Sebastião do Caí Apresentação dos atletas*



Fonte: Roche, Jean, op. cit., v. 2, p. 50.

Até o final da Primeira Guerra Mundial, foram escritos muitos artigos e livros tratando do pressuposto “perigo alemão” para o Brasil. Em 1914, ao eclodir a Guerra, Arbivohn publicou “O perigo prussiano no Brasil”, um panfleto que acusava a forma como as escolas alemãs no Sul mostravam às crianças a imagem do Brasil. Em 1915, Raul Darcanchy escreveu “O pangermanismo no Sul do Brasil”, nessa obra o autor faz alusão ao surgimento de uma pequena Germânia em Santa Catarina.<sup>69</sup> Essas referências ao perigo alemão não impediram, contudo, que despontassem ecos apaixonados e convictos em defesa da Alemanha e dos teuto-brasileiros, como fez Augusto Porto Alegre, que lançou sua obra com a intensão de argumentar as posições

<sup>69</sup> Gertz, René, op. cit.; Vogt, Olgário Paulo, op. cit.

do texto de Silvio Romero e, em 1916 Crispim Mira editou a obra "Os allemães no Brasil," trabalho que enobrece a população de ascendência germânica no Brasil, particularmente em Santa Catarina. As controvérsias em torno do pressuposto perigo alemão alimentaram a publicação de vários trabalhos, inclusive na literatura, como o romance Canaã, de Graça Aranha; Videiras de Cristal de Luiz Antônio de Assis Brasil; Um Rio imita o Reno de Viana Moog e tantos outros.<sup>70</sup>

---

<sup>70</sup> Gertz, René, op. cit. ;Vogt, Olgário Paulo, op. cit.





## 1. O tráfico de navios

O desenvolvimento econômico alemão, pós a fundação do Império, deu-se também em relação às empresas de navegação marítima e ao tráfico marítimo. A frota marítima alemã, que em 1891 continha 1.433 navios, cresceu para 2.859 em 1913. As companhias alemãs de navegação mais importantes situavam-se em Hamburgo e em Bremen. Em 1871, foi fundada a companhia de navegação Hamburgo Sul-Americana (Hamburg-Südamerikanische-Dampfschiffahrts-Gesellschaft), que organizou o mais complexo serviço de transporte marítimo para atender à região Sul do Brasil. Em 1913 essa companhia era, depois da companhia britânica Royal Mail Steam & Racket, a companhia de navegação mais importante. Em 1876 a Norddeutscher Lloyd, fundada em Bremen, começou a realizar viagens para o Brasil. Essa empresa tinha representação no Rio Grande do Sul através de Albrecht & Cia, e seus navios transportavam principalmente passageiros de segunda e terceira classes.<sup>71</sup>

Em 1881, consta que 56 navios alemães, vindos diretamente de Hamburgo e de Bremen, aportaram nos principais portos do Rio Grande do Sul, trazendo diretamente mercadorias alemãs para atender à demanda de importação do mercado local. A partir de 1892 a companhia Freitas assumiu papel importante no tráfico marítimo para o Sul do Brasil e em 1900 a companhia HAPAG fundou uma linha para o Nordeste do Brasil. As principais concorrentes das companhias de navegação alemãs eram as inglesas, que se colocavam em primeiro lugar no tráfico para a América do Sul, e também para o Brasil.

Os portos brasileiros eram visitados por uma grande quantidade de navios, especialmente vindos dos portos de

---

<sup>71</sup> Mathies, Otto. Hamburgs Seeschiffahrt und Seehandel. In: Die deutsche Wirtschaft und ihre Führer. Gotha, 1928, v.V., pp. 8



Hamburgo e de Bremen. Embora estes dois portos se destacassem no comércio marítimo entre Alemanha e Brasil, outros portos alemães mantiveram tráfico marítimo com o Brasil, como os portos de Altona e Stettin. O aumento do tráfico marítimo entre a Alemanha e o Brasil, sobretudo através de Hamburgo e Bremen, cresce à medida que o comércio entre esses países se intensifica e também aumenta o tráfico de emigrantes para o Brasil. Entre 1840 e 1850, aportaram 150 navios saídos do porto de Bremen para os portos brasileiros, e transportavam 25.833 toneladas. Esses navios não eram todos de origem alemã, mas transportavam mercadorias de diversas regiões da Alemanha e também de outras partes da Europa. Desse total 77 navios possuíam bandeira de Bremen, os demais de outras nacionalidades.<sup>72</sup>

As relações comerciais entre o Brasil e a Alemanha apresentam rápido crescimento, o que demonstra quão intenso era o tráfico comercial e de passageiros entre esses dois países. Em 1913 a Alemanha ocupava o segundo lugar no tráfico marítimo de nações estrangeiras no Brasil, a Inglaterra ocupava o primeiro lugar.

De acordo com os dados estatísticos do movimento migratório através dos portos de Bremen e Hamburgo para o Brasil, observa-se que, entre 1890 e 1911, houve anos em que a emigração para o Brasil através de Hamburgo foi maior. Dos países da América do Sul, o Brasil destacava-se no tráfico marítimo com esses dois portos. O porto de Bremen liderou o tráfico de emigrantes para a América do Sul, enquanto o de Hamburgo para a América do Norte. Dos países da América do Sul que mais receberam emigrantes europeus foram a Argentina e o Brasil. Em 1890 de um total de 129.743 pessoas

<sup>72</sup> Nascimento, Luiz. Die zweite Kaiserzeit Brasiliens im Spiegelbild der deutsch-brasilianischen Handelbeziehungen (1840-1850). Inaugural-Dissertation. Philosophische Fakultät Friedrich-Alexander-Universität. Erlangen/Nürnberg, 1983, pp. 56.

que emigraram através de Bremen vieram 31.984 para o Brasil, ou seja 24,7%. Neste ano, registrou-se o maior número de emigrantes vindos pelo porto de Bremen. Embora o porto de Bremen assumisse a liderança, quanto ao tráfico de emigrantes para o Brasil, vale salientar que, entre 1890 e 1911, houve momentos em que o tráfico de emigrantes através do porto de Hamburgo para o Brasil apresentou-se superior.<sup>73</sup>

**Tabela 6:** Tráfico de Emigrantes para o Brasil através de Bremen e de Hamburgo

<b>Ano</b>	<b>Porto de Bremen</b>	<b>Porto de Hamburgo</b>
1890	31.984	1.681
1891	11.254	4.311
1896	4.363	3.163
1899	734	1.098
1902	306	1.979
1905	252	1.509
1908	4.607	4.258
1911	5.822	6.562
1913	4.797	2.528

Fonte: Santos, Maria da Guia. *Außenhandel und industrielle Entwicklung Brasiliens*. München: Wilhelm Fink Verlag, 1984, pp. 309.

Os portos de Hamburgo e de Bremen recebiam tanto produtos brasileiros exportados para a Alemanha como também para outros países europeus. Hamburgo se destacou no comércio de importação de café, enquanto que Bremen se destacou no comércio de tabaco.

Era interesse do Brasil ampliar o seu mercado externo para sair, na medida do possível, da concentração britânica. Enquanto o Brasil expandia seu comércio com a Alemanha,

<sup>73</sup> Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 300.

especialmente exportando produtos agrícolas, aumentava a importação brasileira da Alemanha. Como afirma Nelson Werneck Sodré, o comércio exterior do Brasil encontrava-se estruturado em três aspectos básicos:

a concentração dos fatores de produção nos produtos primários destinados ao mercado exterior; a absoluta necessidade de artigos manufaturados para consumo geral da população economicamente válida, e procedentes do exterior; a tendência a uma política de empréstimos para saldar contas comerciais externas originadas dos déficits, como a uma política de acolhimento a investimentos externos a que se dava amplas garantias.<sup>74</sup>

O crescimento das relações comerciais entre a Alemanha e o Brasil encontrava-se no interesse da política internacional alemã, a qual, desde a época de Caprivi, caracterizou-se na necessidade de expandir, cada vez mais, o seu comércio externo, quer seja na exportação de bens materiais ou mesmo através dos emigrantes, uma vez que a emigração fazia parte dos interesses expansionistas da Alemanha.

Mesmo que a emigração alemã para o Brasil tenha tido seu maior impulso entre 1824-1870, durante os primeiros anos da república brasileira, constata-se que ainda é intensa, buscando a Alemanha dinamizar suas relações comerciais com o Brasil através de contatos mais diretos com as áreas brasileiras de maior influência alemã. Os imigrantes alemães tiveram grande relevância para o crescimento comercial entre esses dois países.

---

<sup>74</sup> Sodré, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962, pp. 255.

## 2. O tráfico de mercadorias

Entre fins do século XIX e as primeiras décadas do XX, o Brasil se caracterizou como produtor de alguns artigos agrícolas, como o café e o açúcar, e numa matéria-prima extrativa, a borracha, que passou também a ser cultivada no Extremo Oriente e lançada no mercado, o que provocou em 1911, a queda dos preços e a perda do mercado brasileiro da borracha no mercado internacional.

Como produtor de bens agrícolas primários, o Brasil conheceu várias crises de seus produtos no mercado internacional. Em relação ao algodão, por exemplo, foi superado pelos Estados Unidos duas vezes, uma após a Guerra em favor da independência e outra após a Guerra da Secessão. No mercado mundial de açúcar o Brasil foi superado pelas ex-colônias espanholas, particularmente por Cuba, sobretudo após a Guerra Hispânica-Americana (1898), e finalmente no mercado mundial da borracha, a hegemonia brasileira foi derrubada na véspera da Primeira Guerra Mundial, pela concorrência das plantações de seringueira no Extremo Oriente. O Brasil mantém seu predomínio no mercado do café, e uma posição de certa importância no mercado do cacau.

Na década de 1880 os preços dos principais produtos de exportação brasileira caem, e a safra do algodão e de açúcar diminui, o câmbio declina, e surge o retorno do liberalismo-tarifário em 1881. Essa situação refletia os efeitos da crise de 1874 e 1875, a qual só foi solucionada em 1886, quando a exportação retoma um ritmo ascensional. Essa nova expansão gerou um novo quadro na economia brasileira.<sup>75</sup> Nessa

---

<sup>75</sup> Furtado, Celso, op. cit.; Eisenberg, Peter, op. cit.; Simonsen, Roberto. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Ed.Nacional, 1973, pp. 183; Pinto, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1973, pp. 126; Normano, J. F. Evolução eco-

fase expansionista destaca-se o papel da terra e da força de trabalho. Ambos os fatores eram abundantes, e o crescimento provinha de dimensões mais quantitativas, como a ocupação de novas terras e a utilização de mais trabalhadores.

**Tabela 7:** Comércio Exterior do Brasil (em Milhões de Libras)

Ano	Exportação	Importação
1821-1830	3,90	4,25
1831-1841	4,91	5,44
1841-1850	5,48	6,08
1851-1860	10,20	11,52
1861-1870	14,98	13,14
1871-1880	19,98	16,49
1881-1890	22,06	19,23
1891-1900	29,10	25,88
1901-1910	47,62	31,88

Fonte: Singer, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: Fausto, Boris (Org.). HGCE. 2. ed., São Paulo: DIFEL, 1977, tomo III, v. 1, p. 351.

No período de 1880 a 1920 o Brasil só apresentou déficit na balança do comércio exterior em três momentos: 1885-86, um déficit de 0,2 milhões de libras, ano que marcou a nova fase da baixa do café; em 1913, com um déficit de 1,7 milhões de libras por ocasião da crise cíclica do capitalismo que antecede a Primeira Guerra Mundial, e em 1920 em consequência da brusca retomada nas importações, o que causou um déficit de 6 milhões de libras.

---

nômica do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975; Sodré, Nelson Werneck, op. cit., pp. 253; Singer, Paul, op. cit., pp. 350.

Em virtude da demanda externa dos produtos brasileiros, o Brasil passa a se integrar na dimensão do comércio internacional, e o principal responsável pela inserção do Brasil no mercado mundial é o café que, desde os meados do século XIX, representa quase a metade das exportações brasileiras.

Anúncios de viagens para colônias alemãs no Sul do Brasil através da Companhia "Hamburg-Amerikanische Packetfahrt" conhecida como HAPAG

35



## Hamburg-Amerikanische Packetfahrt

von **HAMBURG** nach **NEW-YORK**.

Die nachstehenden, vertheilt beschriebenen, großen, dreimastigen und hundertbreiten Dampfschiffe obiger Gesellschaft werden, am 15. Februar beginnend, auch im gegenwärtigen Jahre wiederum jedes Monat am 1sten mit 10ten und 20ten und 30ten Monat von Hamburg nach New-York erpedirt werden, als:

am 15. Februar	<b>Deutschland,</b>	Capitän Gauer,
am 1. März	<b>Rhein,</b>	Capitän Popp,
am 15. März	<b>Elbe,</b>	Capitän Heydtmann,
am 1. April	<b>Nordamerika,</b>	Capitän Peters,
am 15. April	<b>Oder,</b>	Capitän Ehlers.

Es wird die Acht dieser Dampfschiffe noch im Laufe der Sommer durch das Jahr hier im Dan befindliche große zweimastige Dampfschiff **Hermann** versendet werden, welches in Folge seiner eben so raschen als festen Construction den obigen Schiffe würdig sich anreihen wird.

Die Beschaffenheit der genannten Schiffe, deren ausgezeichnete Einrichtung sowohl in Rücksicht ihrer 71 Fuß hohen und letzten Aufwindende, wie der, alle möglichen Annehmlichkeiten und Utensilien in sich vereinigenen Kajüten den Passagieren, und sonstigen Reisenden zum Besonderen in Empfehlung ist, hat sich auch im vorverwichenen Jahre durch die ausgetretene, raschen und glücklich zu Keilen auf das Meeresende bewiesen, daher denn auch über die in jeder Hinsicht zufriedenstellende Beförderung, sowohl des Passagiers als des beladenen Fährers der Schiffe, als auch die Geschwindigkeit von den Passagieren nach jeder Seite die allerschönsten Anspüche zu Theil geworden sind.

**Ende März, 1853**

nehmen die Schiffs-Gesellschaften für Auswanderer

nach der **brasilianischen Colonie** **STA. CRUZ**, Rio Grande do Sul

mit dem neuen Dampfer, dessen Räder jede einundzwanzig Stunden von der Posten Wegung **60,000 RM.** Rand als freies Eigenthum

und mehrere andere becomene Einrichtungen und Herrlichkeiten. Die Abfertigungs-Gebühren sind in Hamburg von dem brasilianischen General-Consulate beglaubigt und bezahlt.

Die nächste Abtheilung nach der deutschen Colonie



## DONA FRANCISCA in Süd-Brasilien

mit Aufangst März und nach Colonie **BLUMENAU** Mitte März u. c. erpedirt.

### Regelmäßige Packet- und Passagierfahrt

zwischen

## HAMBURG und Sydney, Port Adelaide & Port Phillip in Australien

mit den neuen, großen, dreimastigen, hundertbreiten Dampfschiffen der Herrn Kapl. **Wiedel & Co.** in Hamburg; **Albatros** & **Olympe**, geführt von Capt. **Heid.** **Daniel Ross**, gef. von Capt. **J. G. Kretz.** **Charles Ross**, " **D. H. M. M. Vidua**, " " **S. S. Sedemann.**

Die erste Abtheilung fährt am 15. April mit dem Dampfschiffe **Charles Ross**, geführt von Capt. **D. Heid.**

Der folgenden Abtheilung dieser, in jeder Hinsicht sowohl für Passagiere, als für Kapitäne, mit allen Annehmlichkeiten versehenen Schiffe wird alle von wünschenswerthe Beförderung gewährt, wodurch höchsten Theil den Passagieren auf das Regelmäßigste empfohlen werden kann.

Passagiere für obige, sowie für andere solche Ueberfahrts-Gesellschaften von Hamburg und Bremen nach den verschiedenen Bestimmungen nimmt zu dem billigsten Preise an der bestmöglichen Lage **G. Froebel in Rudolstadt.**

Fonte: Anúncio no jornal, Rudolstädter Wochenblatt", 29.01.1853.



Página de jornal alemão com propaganda de folhetos informativos para emigrantes alemães com destino ao Brasil.

140

**Belehrende Schriften für Auswanderer nach Brasilien.**  
(Verlag von G. Neudel in Havelberg. — In allen in allen Buchhandlungen.)

**Südbrasilien**

in ihrer Beschaffenheit  
 deutscher Auswanderung und Kolonisation.  
 Wichtige Nachrichten, Einrichtungen und Briefe,  
 besonders für Anbauarbeiter.

Dr. Hermann Wimmerau,

aus dem kaiserlichen Consulate, hat sich in allen Theilen von Rio Janeiro in  
 den weitläufigen Provinzen Santa Catharina,  
 St. Paulo, Minas, Bahia &c.

Verfasst: Deswegen Verfasst

**Leitende Anweisungen**

für Auswanderer nach

der Provinz

**Sta. Catharina - Südbrasilien**

6. Heft. 3 Bde.

Die deutsche Ansiedlung

**W i m m e r a u**

in der (südbrasilianischen Provinz)

**Sta. Catharina.**

Eine genaue Beschreibung für Auswandererzweckliche.  
 Preis 24 Gr.

Mancher Bericht über dieselbe bis Juni 1853  
 und Aufforderung zum Auszuge. Preis 7 1/2 Gr.

**Die geregelte Auswanderung**

**BRASILIEN**  
 und ihre erster glücklicher Erfolg.

Blätter

zur Befestigung der neuen Meeres Land herrschenden An-  
 siedlung und zur Befestigung der hohen Auswanderer.  
 Herausgegeben von G. Neudel.

Esde Heft. (Herausgegeben Preis 3 Gr.)

**Stimmen, Briefe und Berichte.**

2 Heft à 3 Zgr.

— . Aufschlag 10 1/2

**Superaquib, Paraná.**

System der Kolonien Bergwerks.  
 Geschrieben von H. Wello jun. 5 Bde.

**O alemão-portuguez Interprete.**  
 Deutsch-Portugiesischer

**Dolmetscher.**

Ein unentbehrliches Handbuch zum schnellen  
 Erlernen, richtigen Sprechen und Verstehen der  
 Portugiesischen Sprache.

von F. Neudel-Archonay.

Preis 24 Gr.

**Kirchennachrichten.**

Morgen predigt Vormittags Herr Generalsyn. Res. Nachmittags Herr Candidat Hansch.  
 Herrsches Abendmahl (Herr Superint. M. Schumann.)

**Getrafft:** den 3. Mai, dem kaiserlichen Director Krieger ein Sohn, Friedrich August Albert Schärer;  
 den 11. Mai, dem kaiserl. Hofrath Herrn Eicht ein Tochter, Johanne Caroline Kunze; den,  
 dem Hofrath Herrn Slegmann ein Sohn, Gerthold Richard Louis Slegmann; den 12. Mai,  
 dem Herrn zu Herrnhut und Gabelsberg Herrn Schmidt ein Sohn, Friedrich August Peter  
 Slegmann; den, dem kaiserl. Steuer-Controleur Herrn Galtke ein Tochter, Elza Marie;  
 den 13. Mai, dem Schmeideherren Döhl ein Mädchen, in Gabelsberg ein Sohn, Hermann  
 Slegmann; den 18. Mai, der Johanne Caroline Krieger ein Tochter, Marie; den, dem Bürger und  
 Schmeideherren Herrn Eicht ein Sohn, Ernst August Slegmann; den, dem Bürger und  
 Schmeideherren Herrn Slegmann ein Tochter, Sophie.

**Regulirt:** den 12. Mai, der Mutter, Bürger und Tischlermeister Christian Heinrich Hoffmann,  
 aus der Wittwe Johanne Christiane Slegmann; den, der Schneiderin aus Herrnhut, in Gabelsberg  
 Johann Slegmann, mit Johanne Christiane Slegmann; den, der Jungferl. Bürger  
 und Schmeideherren Herrn Slegmann, mit Johanne Christiane Slegmann; den, der  
 Bürger und Schmeideherren Johann Richard Slegmann, mit Johanne Christiane Slegmann.

Stund aus Verlag des kaiserl. priv. Hofbuchdruckers in Havelberg.

Fonte: Anúncio no jornal, Rudolstädter Wochenblatt“, 31.05.1856.

Os últimos anos do Império marcariam o início da crise do café na região do Vale do Paraíba e a sua expansão no Oeste Paulista. Entre 1870-1880 a produção de café da região fluminense representava ainda 60% do total das exportações de café do Brasil, mas, a partir dos fins da década de 1880, o estado do Rio de Janeiro cedia à São Paulo a primazia na produção de café. A grande expansão da cultura cafeeira, sobre-

tudo em São Paulo, leva o Brasil a tornar-se um dos principais produtores de café no mundo, aumentando a sua produção no total da produção mundial de café em 29,7%, na década de 1830 e em 75,6% entre 1900-1905. A grande expansão da economia cafeeira no Brasil, assim como a exportação desse produto, foi favorecida pelo aumento do consumo mundial e pelo aumento dos preços no mercado internacional.

As exportações de café do Brasil para a Alemanha tiveram grande aumento após 1850, uma vez que o consumo de café tende a crescer cada vez mais na Alemanha. Mesmo no ano em que antecederia o estopim da Primeira Guerra Mundial, a exportação de café do Brasil para a Alemanha foi muito significativa. Nesse período os preços do café no mercado internacional eram oscilantes, especialmente a partir de 1907, o que naturalmente refletia também nas vendas de café para a Alemanha. Dos países exportadores de café para Alemanha, como México, Venezuela, Colômbia, Puerto Rico, Santo Domingo, ocupava o Brasil lugar de destaque. Em 1889 a participação do Brasil no total da importação alemã de café atingiu 33,9%, crescendo para 75% em 1911, e em 1913, participou o Brasil ainda com 64% do total da importação de café pela Alemanha.

O café brasileiro chegava à Alemanha através dos portos de Hamburgo e Bremen, mas Hamburgo se destacou no comércio de café com o Brasil. Em relação aos países que exportavam café através de Hamburgo, o Brasil assumiu também papel de destaque. Hamburgo foi o porto mais importante do mercado de café na Europa, e este porto recebia 20% do total da produção brasileira. Embora o café brasileiro se destacasse, e ainda se destaque no mercado mundial, os preços do café do Brasil, nessa época, apresentaram uma maior flutuação do que as demais sortes de café.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 79. Sobre a participação de firmas estrangeiras na economia cafeeira ver: Castro, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979; Fausto, Boris, op. cit.

Os principais exportadores de café do Brasil através dos portos de Santos e do Rio de Janeiro, eram firmas estrangeiras estabelecidas no Brasil. Essas firmas foram responsáveis por mais de 76% das exportações de café através de Santos e de 89% através do Rio de Janeiro. Entre fins do século XIX e início do século XX, entre os principais exportadores de café de Santos, consta apenas o nome de uma firma brasileira, a Prado Chaves & Co, fundada em São Paulo em 1887 (A firma Prado Chaves foi fundada por duas famílias de fazendeiros de café, os Silva Prado e os Pacheco Chaves).<sup>77</sup>

**Tabela 8:** Principais Exportadores de Café em Santos e no Rio de Janeiro – 1903

<b>Porto do Rio de Janeiro</b>	<b>Porto de Santos</b>
Theodor Wille & Co	Theodor Wille & Co
J.W. Doane & Co	Naumann, Gepp & Co. Ltd
Arbuckle & Co	Carl Hellwing & Co
Ornstein & Co	E. Johnston & Co. Ltd
Hard, Rand & Co	Hard, Rand & Co
Pinto & Co	Prado Chaves & Co
Gustav Triks & Co	Arbuckle & Co
W. F. M. Laughlin & Co	A. Trommel & Co
Matherson & Co	Zerrener, Büllow & Co
Norton, Megaw & Co Ltd	Matherson & Co

Fonte: Santos, Maria da Guia, op. cit., p. 100.

A empresa alemã Theodor Wille assume papel de destaque no comércio de café nos dois principais portos brasileiros, liderando essa empresa desde 1895 o primeiro lugar nas exportações de café do Brasil para o exterior. A impor-

<sup>77</sup> Fausto, Boris, op. cit., pp. 196.

tância da Theodor Wille no mercado de café acentua-se em decorrência dos contratos efetuados com o governo de São Paulo. A grande concorrente dessa firma em São Paulo foi à firma inglesa Naumann, Gepp & Co, que conseguiu superar posteriormente a Theodor Wille.

A partir de 1897 a safra de café do Brasil cresce consideravelmente, gerando uma super produção. O grande aumento da produção cafeeira veio provocar um desequilíbrio entre a produção mundial e o consumo, o que causou a baixa dos preços desse produto no mercado internacional. A crise do café ocorrida em 1897, leva os grandes produtores e comerciantes a realizarem uma política de valorização do produto. Com o fim de obter esse aumento de valor, os governadores de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Minas Gerais (Francisco Sales), e do Rio de Janeiro (Quintino Bocaiúva) reuniram-se na cidade de Taubaté em São Paulo, e assinaram um acordo conhecido por Convênio de Taubaté em 26 de fevereiro de 1906. Este acordo tinha como meta: a valorização do café e a regularização do seu comércio; a promoção do aumento do consumo; a criação da Caixa de Conversão, com o propósito de estabilizar a taxa cambial.

Após a aprovação desse convênio, os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro não se empenharam para que o Convênio se concretizasse, cujo objetivo especial era defender os interesses do café paulista. Diante da frieza dos demais estados produtores de café e das dificuldades de obter empréstimos externos com garantia do Governo Federal, São Paulo agiu sozinho.<sup>78</sup>

Para financiar o serviço de defesa em prol do café, o governo de São Paulo obteve, entre agosto e dezembro de 1906, alguns empréstimos a curto prazo, de bancos alemães (Brasi-

---

<sup>78</sup> Simonsen, Roberto, *op. cit.*, pp. 163 ; Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial de São Paulo*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

lianische Bank für Deutschland), de ingleses (J.H.Schroeder & Co) e de americanos (National City Bank) destinados à compra de café. As operações de compra foram iniciadas junto a um grupo de importadores dos Estados Unidos, liderado por Hermann Sielcken. Os comerciantes adiantavam 80% dos fundos necessários à compra de dois milhões de sacas de café pelo preço de sete centavos por libra-peso. Esses comerciantes não eram apenas prestanistas de dinheiro, eles associaram-se também a uma operação que pleiteava retirar o café do mercado para revendê-lo em ocasião mais oportuna, ganhando com a diferença de preços.

A política de valorização do café trouxe alguns resultados em 1907. Os preços internacionais do café começaram a subir e permaneceram em alta até 1912, devido à retração da oferta provocada pela atuação do comitê de banqueiros e à diminuição do valor das safras. Em junho de 1913, foi pago o empréstimo de quinze milhões e dissolveu-se o comitê dos banqueiros. O interesse no esquema de valorização, por parte de alguns membros, vinculava-se ao pagamento da dívida. Criou-se em lugar do comitê de banqueiros, um conselho consultivo, com o objetivo de orientar o Brasil na distribuição do estoque restante. O conselho consultivo era formado por J. H. Schroeder & Co, Grossmann & Sielcken, Theodor Wille e um representante do estado de São Paulo. Em virtude das complicações ocorridas no decurso da Primeira Guerra Mundial, em especial com os alemães, a distribuição se estendeu até o fim deste conflito mundial.<sup>79</sup>

A redução artificial da oferta de café provocava a sua expansão, criando assim um equilíbrio artificial entre a produção e o consumo de café, o que veio gerar um problema maior posteriormente. O mecanismo de defesa do café, realizado pelos grandes produtores e exportadores, era assim

---

<sup>79</sup> Castro, Ana Célia, op. cit., pp. 94.



um meio de transferir para o futuro a solução de um problema que tendia a se tornar cada vez mais grave.

Sendo o Brasil possuidor de uma grande reserva mundial de seringueiras nativas, verá surgir boas perspectivas econômicas com o comércio da borracha. A expansão comercial da borracha brasileira se amplia, sobretudo após 1880, quando então esse produto começa a assumir o segundo lugar no conjunto dos principais produtos de exportação brasileira. À medida que o mercado mundial fazia o uso da borracha como matéria-prima industrial, o Brasil aumentava a sua produção.

Durante a segunda metade do século XIX, manteve o Brasil posição de destaque no mercado mundial. Em 1892 a produção brasileira representava 61% da produção mundial de borracha. O período áureo da borracha brasileira ao nível do mercado internacional se deu entre 1905 e 1910, embora as exportações brasileiras se mantivessem em ascensão até 1912, favorecida pelos bons preços desse produto no mercado mundial. Após essa ascensão, as exportações começaram a declinar em virtude das tendências baixistas de preços e também pela impossibilidade da borracha nativa brasileira competir com a borracha cultivada em outros países. O aumento do consumo da borracha pelos países industrializados surge devido ao grande significado desse produto para o mercado industrial, em virtude do desenvolvimento da indústria eletrotécnica, automobilística, e outros setores da indústria que consumiam a borracha, como a vulcanização industrial.

As exportações de borracha do Brasil através do porto de Hamburgo foram significativas, ocupando o Brasil o primeiro lugar entre os países fornecedores de borracha através desse porto. A importação de borracha do Brasil através de Bremen foi muito reduzida, mas, mesmo assim, o Brasil



chegou a ocupar o segundo lugar no total da importação de borracha através desse porto.<sup>80</sup>

A partir da segunda metade do século XIX o açúcar apresenta um sensível declínio na exportação brasileira, embora esse produto continue sendo uma das principais atividades agrícolas comerciais da região Nordeste. O açúcar brasileiro entra em declínio tanto nos preços como nas exportações para o mercado mundial.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas pelo açúcar brasileiro, as exportações crescem no decorrer do século XIX. A partir de 1900 as exportações para o mercado mundial entram em declínio, com exceção dos anos de 1901 e 1902. O melhoramento que ocorre na economia açucareira do Nordeste e do Sudeste foi todavia passageiro, sofrendo o açúcar brasileiro nova estagnação, assim que a produção de açúcar das Antilhas se regulariza e a expansão do açúcar de beterraba prospera na Europa.

Entre 1901 e 1914 a participação do açúcar foi menor do que a dos demais importantes produtos de exportação do Brasil, caindo a sua participação para 1% no total de exportações brasileiras. Após essa nova depressão, são os Estados Unidos, a Inglaterra e a Argentina que ainda permanecem absorvendo maior quantidade de açúcar do Brasil. Perdendo boa parte dos mercados externos, a produção de açúcar ficará mais restrita ao mercado interno e regional. Durante a Primeira República, surge também a competição, pela primeira vez estabelecida dentro do país, entre os produtores regionais de açúcar que começam a disputar entre si os favores do Estado, o benefício do grande comércio e a bolsa dos consumidores internos.

---

<sup>80</sup> Campos, Pedro Moacyr. Brasil-Alemanha. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org.). São Paulo: DIFEL, 1971, tomo II, v. 4, pp. 216; Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 48.

Se as exportações de açúcar do Brasil se apresentavam pequenas para os seus principais consumidores, para a Alemanha, que desde fases anteriores importava relativamente reduzida quantidade de açúcar do Brasil, elas nessa fase, não tiveram grande peso. O enfraquecimento enfrentado pelo açúcar brasileiro encontra suas principais causas na concorrência de outros mercados, em especial, na concorrência de açúcar de beterraba, e nas dificuldades internas enfrentadas pelas regiões brasileiras produtoras de açúcar. Em 1900, por exemplo, os produtores de açúcar mascavo estavam ganhando menos que a quarta parte do preço conseguido a 60 anos. Muito rápido os produtores de açúcar de cana que, em torno de 1840, tinham mais de 90% do mercado mundial, ficaram reduzidos, no início do século XX, a menos de 50% da demanda mundial.

O papel que a indústria de açúcar de beterraba desempenha, na crise do mercado externo do açúcar brasileiro, pode ser visto tomando-se como exemplo, a expansão dessa indústria na Alemanha. A Alemanha, que antes era um grande importador de açúcar de cana, torna-se um dos principais produtores de açúcar de beterraba, importando cada vez menos açúcar bruto. O crescimento da produção de açúcar de beterraba na Alemanha permite que o país exporte açúcar de beterraba refinado para o mercado europeu, para os estados Unidos, e vários países da América Latina.

Não conseguindo o Brasil substituir seus antigos mercados europeus por escoadores do hemisfério ocidental, uma vez que os consumidores preferiam ofertas alternativas, de colônias ou de seus próprios territórios nacionais, viu-se o Brasil com a opção de proteger o mercado interno, conseguindo o Nordeste açucareiro dirigir sua produção de açúcar em direção ao mercado regional, o que é parcial-

mente realizado nos fins do século XIX, com a instalação dos engenhos centrais e depois das usinas.<sup>81</sup>

Igualmente ao açúcar, o algodão encontrava-se entre os principais artigos brasileiros de exportação e chegou a assumir papel de destaque mas, no início do século XIX as exportações de algodão do Brasil, para o mercado mundial começam a recuar. Como os demais produtos agrícolas destinados ao mercado externo, o surto ou declínio das exportações de algodão depende da conjuntura dos mercados externos. No início de 1870, favorecido pelo grande impulso e os bons preços da década de 1860, manteve o Brasil ainda o terceiro lugar entre os principais países exportadores de algodão. Depois dessa expansão, as exportações começam a declinar, todavia entre 1901-1910, as exportações retomam um certo crescimento.

O declínio das exportações brasileiras de algodão para o mercado mundial ocorre devido à grande competição do algodão norte-americano e egípcio, que eram comercializados a preços mais baratos, como também o consumo do mercado interno aumentava, em virtude da expansão da indústria têxtil brasileira. A baixa de preços do algodão brasileiro no mercado mundial coincide com o momento em que a indústria de tecidos de algodão expande-se no Brasil, o que permite que o algodão produzido no Brasil seja consumido pelos mercados regionais, especialmente os das regiões Centro-Sul e Nordeste, onde a indústria têxtil alcança maior expansão.

Embora a Alemanha importasse grande quantidade de algodão para atender a demanda da sua indústria têxtil, o Brasil não se encontrava entre os principais exportadores de algodão para a Alemanha, cuja importação era sobretu-

---

<sup>81</sup> Perruci, Gadiel. *A República das usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

do do Egito, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Turquia, da China e da Índia. As exportações brasileiras de algodão para a Alemanha nessa fase foram muito reduzidas. Bremen foi o porto alemão que se destacou nas importações do Brasil. Os preços do algodão no mercado internacional tiveram grandes oscilações nesse período, em especial entre 1891 e 1899, quando os preços tiveram uma maior redução.

A cultura do tabaco começou no Brasil no século XVI, expandindo-se por várias áreas. A Bahia destacou-se como principal produtor e exportador de tabaco do Brasil, vindo depois o Rio Grande do Sul. A maior parte da produção brasileira de tabaco destinava-se à Alemanha, havendo momentos antes de 1914, em que esse país consumia mais de 90% da produção brasileira.<sup>82</sup> A participação do tabaco em relação ao total de exportação do Brasil para a Alemanha chegou a alcançar 20,9% em 1897, e em 1913 esse produto ainda participou com 4,9%, colocando-se em quarto lugar, isto é, atrás do café, da borracha e de couros e peles.<sup>83</sup> Hamburgo e Bremen foram os principais portos que receberam o tabaco do Brasil, e quase todo o comércio brasileiro encontrava-se nas mãos de firmas alemãs. Bremen destacava-se como um dos principais centros do comércio internacional de tabaco. O Brasil exportava o fumo bruto para a Alemanha cujo beneficiamento era feito na Alemanha que o exportava depois para o Brasil.

Mesmo sendo o Brasil um grande produtor e exportador de fumo, importou fumos de outras espécies para ser usado na confecção dos charutos ditos superiores. Afora a importação dessas espécies de fumo, o Brasil importou também vários tipos de charutos de diversos países, como

---

<sup>82</sup> Nascimento, Luis, op. cit., pp. 123; Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 242.

<sup>83</sup> Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 88; Nascimento, Luis, op. cit., pp. 123.

da Alemanha e de Cuba, porém esses últimos eram os mais apreciados no mercado brasileiro.

Afora a produção e exportação de tabaco da Bahia, merece destaque a produção e exportação de tabaco do Rio Grande do Sul. A cultura do fumo desenvolveu-se em várias colônias alemãs, onde o produto foi utilizado, não só como atividade comercial dos colonos alemães, mas também na criação de fábricas de cigarros. Das colônias alemãs localizadas no Rio Grande do Sul que eram produtoras e exportadoras de tabaco, destaca-se a de Santa Cruz. O tabaco era ainda cultivado em outras colônias alemãs de outros estados sulistas, por exemplo, em Santa Catarina.

**Tabela 9:** Exportações Brasileiras para a Alemanha em %

<b>Produtos</b>	<b>1889-1896</b>	<b>1897-1904</b>
Café	72,1	57,9
Borracha	1,5	5,8
Couros e Peles	8,7	13,6
Tabaco	12,3	13,6
Cacau	0,6	3,2
Algodão	0,3	0,1

Fonte: Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 94.

A participação alemã na economia do tabaco no Brasil não se dá apenas no comércio e enfiamento desse produto, mas também na instalação de fábricas de fumo e na utilização de nomes alemães nos rótulos de cigarros, charutos e rapés, o que foi muito freqüente por parte dos empresários alemães radicados no Brasil. Dentre os nomes históricos usados destaca-se "O Príncipe Bismarck", havendo outros que designavam expressões idiomáticas, como "Tip-Top", "Westfália", "Brema", "Hanseáticos", "Zigarren für Jeder-

mann", etc.<sup>84</sup> Os rótulos de cigarros frequentemente expressam um aspecto sócio-cultural de uma determinada época, por essa razão muitos nomes desapareceram.

A cultura do cacau no Brasil se dá inicialmente na região amazônica, estendendo-se para outras áreas. A partir dos fins do século XVIII a produção de cacau começou a declinar nessa região, desenvolvendo-se posteriormente com muita intensidade na Bahia, que se tornou o principal produtor e exportador. A grande expansão do cacau na Bahia irá permitir que o Brasil se torne um grande produtor e exportador. No século XX, dos países produtores e exportadores de cacau, destacam-se o Equador, o Brasil e Santo Tomé.

O Brasil também se destacou na exportação de couros e peles, especialmente quanto à exportação de couros de gado (secos e crus) e de cabra, entretanto o maior destaque foi para couros de gado crus. No grupo de artigos têxteis, importou o Brasil da Alemanha vários artigos de algodão, artigos de seda pura e mista, artigos de linho e de lã. Os tecidos tinturados de algodão e artigos de lã destacaram-se no conjunto das exportações alemãs para o Brasil. Os estados do Sul do Brasil foram grandes consumidores dos artigos têxteis da Alemanha, onde vivia a maior parte dos imigrantes alemães.

A Alemanha exportou vários artigos do ramo de ferragens para o Brasil, especialmente os trilhos de ferro, máquinas de cortar ferro, arames e tubos de zinco, etc. O crescimento do consumo dos produtos de ferragens alemãs no Brasil recebeu o apoio da firma Bromberg & Co, que procurou expandir, em todo o território brasileiro, especialmente na região Centro-Sul, as mercadorias alemãs. A firma Felten & Guillaume, produtora de arames de ferro, teve

---

<sup>84</sup> Pellanda, E., op. cit., pp. 77; Motta, Mauro. História em Rótulos de Cigarro. 2. ed. Recife, 1971.



grande participação na exportação desses produtos para o Brasil. Essa empresa exportou seus produtos através da firma comercial Gottwald & Co e da Brommberg & Co.<sup>85</sup> Dos artigos de ferro de origem alemã chegados no Brasil, os de maior consumo foram trilhos para trens e seus acessórios, ocupando a Alemanha o quarto lugar no conjunto das importações, ficando atrás apenas da Inglaterra, dos Estados Unidos e da Bélgica.

O grande aumento da importação brasileira de artigos de ferro, de máquinas e de outros tipos de ferragens vincula-se ao processo de crescimento da indústria e da urbanização do Brasil, o que exigia a construção e melhoramentos de ferrovias e de portos; a instalação de telefones e aprimoramento na iluminação, etc. A maior parte desses artigos se dirigiam para os estados que detinham um maior nível de renda, de industrialização, de urbanização e de crescimento populacional, logo, eram estados de São Paulo e do Rio de Janeiro que mais importavam esses artigos.

Os indicadores do mercado de exportação e importação do Brasil apresentam certo contraste, como:

→ a importação se diversificava, comprovando a ampliação do mercado interno de consumo; a exportação se concentrava, comprovando a divisão e especialização na produção;

→ a exportação concentrada constituía-se de alimentícios e matérias-primas, mercadorias sujeitas às flutuações do mercado exterior;

→ a importação, diversificada embora, tinha nos bens de consumo a sua maior contribuição, e estes eram manufaturas,

---

<sup>85</sup> Santos, Maria da Guia, op. cit., pp. 131.

com preços estáveis ou ascensionais, a que o mercado interno ficava também sujeito.<sup>86</sup>

Além da concentração de produtos alimentícios e de matérias-primas, o mercado de exportação do Brasil se concentrava também quanto ao destino dos mercados.<sup>87</sup>

**Tabela 10:** Exportações Brasileiras: Países Escolhidos

País	1853/54	1870/71	1902/1904
Grã-Bretanha	32,9	39,4	18,0
Estados Unidos	28,1	28,8	43,0
França	7,8	7,5	7,8
Alemanha	6,0	5,0	15,0
Portugal	5,9	5,8	1,0
Bélgica	1,8	1,0	1,9
Espanha	0,9	0,8	0,2
Itália	1,4	0,5	0,9

Fonte: Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 259.

Os artigos de origem alemã tiveram maior penetração, pelo menos inicialmente, na região Sul, onde o imigrante alemão era um grande consumidor das mercadorias de seu país. O intenso consumo dos artigos alemães no Brasil, sobretudo das máquinas e das ferragens, foi favorecido pela notável atuação comercial realizada pelas firmas Bromberg & Co e Theodor Wille, que não só representavam os produtos de empresas alemãs no Brasil, como também faziam propaganda da boa qualidade das mercadorias. Além disso, essas empresas mantinham assistência técnica aos seus

<sup>86</sup> Nelson, Werneck Sodré, op. cit., pp. 258.

<sup>87</sup> Ibidem, p. 259.

clientes, como no caso específico da Bromberg & Co que se tornou conhecida por suas atividades.

**Tabela 11: Importações Brasileiras: Países Escolhidos**

País	1853/54	1870/71	1902/1904
Grã-Bretanha	54,8	53,4	28,1
França	12,7	12,2	8,8
Portugal	6,3	7,0	7,2
Alemanha	5,9	6,5	12,2
Estados Unidos	7,0	5,4	11,5
Bélgica	2,0	2,5	2,9
Espanha	1,1	1,6	0,8
Itália	0,7	0,5	3,7

Fonte: Sodré, Nelson Werneck, op. cit., p. 259.

**Tabela 12: Importações Brasileiras da Alemanha em %**

Produtos	1889-1896	1897-1904
Artigos Textéis	34,7	25,1
Ferro	14,5	16,2
Máquinas	3,5	3,6
Papel e Artigos de Papel	4,3	6,0
Roupas	4,2	2,5
Couro e Artigos de Couro	2,9	3,1
Artigos de Ouro e de Prata	2,2	4,0

Fonte: Santos, Maria da Guia, op. cit., p. 240.

A exportação de artigos da Indústria eletrônica para o Brasil tem maior expansão após 1905. Entre 1891 e 1899, constam na lista de exportação apenas os cabos elétricos, posteriormente foram acrescentados diversos artigos, como as

lâmpadas.<sup>88</sup> Os maiores concorrentes da Alemanha nesse setor eram os Estados Unidos e a Inglaterra. O êxito dos Estados Unidos na importação brasileira no ramo elétrico resultou, sobretudo, do controle que a Pearson estabeleceu nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, os dois maiores centros comerciais do Brasil, na época. Após 1895, quando a Siemens já tinha um escritório técnico no Brasil, expande-se suas atividades comerciais no mercado brasileiro.

---

<sup>88</sup> Santos, Maria da Guia, *op. cit.*, pp. 131.

### 3. Capitais e empresários alemães no Brasil

A presença de comerciantes e estabelecimentos comerciais alemães no Brasil remonta dos tempos dos holandeses. Com a vinda de Dom João VI para o Brasil, o mercado brasileiro passou a ser, cada vez mais, cobiçado pelos negociantes e viajantes alemães. O comércio dos produtos agrícolas brasileiros era o grande interesse dos comerciantes alemães, e muitos deles fixaram seus negócios em várias regiões do Brasil. Em 1831 a firma Adolph Schramm era bem conceituada no mercado de Pernambuco, e dedicou-se à produção e ao comércio do açúcar. Ele fez a aquisição de uma extensa propriedade em Maroim, província de Sergipe e em 1846 ele escreve ao síndico Sieveking de Hamburgo que: *“aqui nesta província abandonada represento o progresso e, como chefe da única casa estrangeira e maior fortuna local, gozo de não insignificante influência”*.<sup>89</sup>

A atuação dos empresariados alemães na economia brasileira se expande vinculada à expansão das relações comerciais entre os dois países. O interesse do empresariado alemão no Brasil se processa não só através da instalação de casas comerciais, como também na criação de companhias de colonização, navegação e seguros, companhias de eletricidade, bancos e outros investimentos. Os capitais ingleses dirigem-se à mineração, posteriormente dominam na construção de estradas de ferro, em companhias de seguros, empréstimos públicos e bancos.

Entre os meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os capitais estrangeiros podem ser agrupados em ramos e setores de atividades, devido à concentração dos investimentos, destacando-se: serviços básicos de infra-estrutura, serviços financeiros, comércio de impor-

---

<sup>89</sup> Campos, Pedro Moacyr, op. cit., pp. 222.



tação e exportação; mineração, agropecuária, indústria de transformação, além de outros diversificados investimentos. Entre 1886 e 1902, couberam às ferrovias e às companhias de seguro os setores de maior investimento, depois a primazia passa para as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica.

Até fins do século XIX a Inglaterra forneceu 66% do total de capitais externos no Brasil, enquanto a Alemanha participava apenas com 4,9%. Os investimentos americanos começam a predominar a partir dos fins do século XIX. Entre os muitos fatores que contribuíram para o declínio dos investimentos britânicos no Brasil e em outros países, pode ser atribuída a incapacidade da Inglaterra em acompanhar a evolução tecnológica realizada por outros países, como a Alemanha e os Estados Unidos. Em 1870 a Inglaterra detinha 31,8% da produção industrial de todo o mundo, sendo seguida com 23,3% pelos Estados Unidos, com 13,2% pela Alemanha e com 10,3% pela França.

No campo dos transportes merecem destaque as companhias de navegação criadas por empresários alemães, para atender o comércio marítimo entre a Alemanha e a América do Sul. Empresários alemães instalaram também a companhia de Estrada de Ferro em Santa Catarina, que ligava a cidade de Blumenau à colônia Hansa. O projeto de unir essa colônia com Blumenau existia desde 1895, mas essa estrada de 75 km só foi construída entre 1900 e 1909.<sup>90</sup>

As casas comerciais alemãs no Sul, que lidavam com a exportação, mantinham seu comércio com os produtos das colônias, como couro, fumo, banha, erva-mate, etc. No Rio Grande do Sul destacam-se no comércio de exportação as firmas Dreher & Cia, Albino Sperb, Becker & Cia, etc, em-

---

<sup>90</sup> Oberacker Jr., Carlos H. op. cit.; Roche, Jean, op. cit.; Dalhaes-Guenther, Dietrich von, op. cit.

bora essas casas comerciais também tivessem atividades no ramo do comércio importador. Na exportação de erva-mate merece destaque a firma Nikolaus Maeder assim como Jordan em Curitiba e a Gerken & Cia em Joinville.<sup>91</sup> Entre 1890 e 1899, havia em Curitiba 195 estabelecimentos comerciais e industriais, dos quais 125 pertenciam a brasileiros, 47 a alemães, quatorze a italianos, três a eslavos, um a sírio-libaneses e cinco a outras nacionalidades. Entre 1900 e 1909 o número dos estabelecimentos comerciais cresce para 245, dos quais 68 eram de origem alemã, grupo estrangeiro mais representativo. Os alemães, em Curitiba, se dedicavam às mais diversas atividades comerciais, como fazendas, confecções, armarinhos, calçados; comércio de café, ferragens, máquinas, artigos fotográficos; laticínios, hotéis, restaurantes, frigoríficos, comércio de importação, tipografia, papelaria, etc.

Entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX os capitais estrangeiros no Brasil se concentraram, sobretudo, nos serviços básicos de infraestrutura, financeiros, no comércio de importação e exportação; na mineração, agropecuária e na indústria de transformação, surgindo modificações a partir dos fins da Primeira Guerra Mundial. Verificando-se a aplicação dos capitais no âmbito setorial, observa-se que os investimentos tiveram estreita ligação com a economia de exportação, especificamente a cafeeira, uma vez que a maior parte desses capitais se dirigia à construção de ferrovias, às companhias de seguro e de navegação. As ferrovias servem como escoamento dos produtos comerciais aos portos e à distribuição de mercadorias importadas. As companhias de seguro e de navegação não só contribuem para ampliação do comércio exportador como também para transportar os imigrantes.

<sup>91</sup> Santos, Maria da Guia, op. cit.

No mercado importador, destacam-se as empresas Siemens e a Krupp. As relações da Siemens com o Brasil têm início em 1873, com a construção de um cabo do Rio de Janeiro até Montivideo. Em 1888 a Siemens abriu uma representação no Rio de Janeiro, e em 1905, era inaugurada a Companhia Brasileira de Eletricidade Siemens-Schukert-Werke, a primeira grande empresa no ramo eletrotécnico. Em 1876 a empresa Krupp realizava a venda de armas de artilharia, de máquinas e de outros aparelhos ao Brasil. Além dessas empresas merece destaque a Hasenclever, que vendia cimento e material de construção. À medida que o comércio entre o Brasil e a Alemanha crescia, outras grandes empresas alemãs se instalavam no Brasil, merecendo destaque a companhia de produtos químicos M. Hammers, AEG (Companhia Sul-Americana de Eletricidade), a empresa de gás Deutz, a Mannesmann e Julius Pintsch, etc. Entre os fins do século XIX e o início do século XX, foram fundados alguns bancos alemães no Brasil. O primeiro banco foi fundado em 1887, o Banco Brasileiro para a Alemanha que começa abrir filiais em várias cidades do Brasil. Em 1906 o Banco Sul-americano inaugura algumas filiais no Brasil, com a denominação Banco Germânico da América do Sul. Em 1896, foi criado o "Deutsche Überseeische Bank (Banco Ultramarino) que, em 1911, instala várias filiais nos principais centros urbanos do Brasil.

Com a fixação dos imigrantes à terra era natural surgir o crescimento demográfico através da reprodução familiar, fato que, somado ao número de estrangeiros que se naturalizavam, iria influenciar na participação do povo germânico na formação étnica e cultural do povo brasileiro, em particular do Sul e do Sudeste. O aumento demográfico no Sul do Brasil, sobretudo no Rio Grande do Sul, em decorrência da fixação de imigrantes alemães, foi surpreendente. Em 1890 a população do Rio Grande do Sul atingia 897.455

habitantes, dos quais 34.765 eram estrangeiros e naturalizados (cerca de 3,9%). Após 10 anos (1900), a população desse Estado cresce para 1.199.070, os estrangeiros e naturalizados eram 135.099, o que representa 11,7%. A partir de 1900, devido o processo de naturalização, a participação estrangeira na população do Estado tende a diminuir, contudo, o imigrante germânico foi certamente um dos grupos mais resistentes à sua cultura e sua etnia.<sup>92</sup>

Como a maior parte de alemães que emigraram para o Brasil era de origem campesina, influenciaram na introdução de novos instrumentos agrícolas como o arado e a grade, instrumentos de trabalho que, até o início do século XIX, eram praticamente desconhecidos no Brasil.

O imigrante europeu contribuiu para formar o suporte principal da força de trabalho no Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, em substituição ao trabalhador brasileiro em quase todas as ocupações, exceto nas mais subalternas, visto que os trabalhadores nacionais de ascendência negra, eram vistos como culturalmente inferiores aos europeus, por boa parte da elite brasileira. Em 1911 dos 10.204 operários em 23 fábricas do ramo têxtil em São Paulo, 7.499 eram estrangeiros, em sua maioria italianos.<sup>93</sup>

A participação alemã no desenvolvimento econômico e social do Brasil se deu sob vários aspectos: no crescimento territorial e populacional, no aumento da força de trabalho, na formação de um campesinato, na expansão do setor industrial e comercial e na melhoria das técnicas agrícolas. A constituição de bairros etnicamente configurados, bem como a preservação da língua e de seus costumes, sobretudo no Sul do Brasil, onde as colônias se expandiram, foram características dos imigrantes alemães e de seus descen-

<sup>92</sup> Roche, Jean, op. cit.; Delhaes-Guenther, Dietrich, op. cit.

<sup>93</sup> Trento, Angelo, op. cit.

dentes e elas persistiram até os anos de 1940. É importante mencionar ainda que os imigrantes alemães e seus descendentes participaram efetivamente também no campo da música, temática ainda pouco pesquisada.

## Bibliografia

ALDINGER, Paul. *Deutsche Mitarbeit in Brasilien*. Curitiba: Theodoro Locher, 1923.

ALVES, Débora Bendocchi. *Das Brasilienbild der deutschen Auswanderungswerbung im 19. Jahrhundert*. Berlin: Wissenschaftlicher Verlag, 2000.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil. Ano V, 1930/1940. Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro, s/d.

ARMENGAUD, André. *Die Bevölkerung Europas von 1870-1914*. In: *Europäische Wirtschaftsgeschichte*. Tradução de Anjuta Aigner-Dünnwald, v.3 (Die Industrielle Revolution). Stuttgart/New York: Gustav Fischer Verlag, 1976, pp. 11-46.

BANZHAF, B. *Die Auswanderung aus Deutschland nach Brasilien 1871 bis 1930*. Diplomarbeit. Erlangen/Nürnberg: Friedrich-Alexander-Universität, 1976 (mimeografado).

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo Cafeeiro*. 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1977.

\_\_\_\_\_. *A crise do escravismo e a grande imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. *O encaminhamento político do problema da escravidão no Império*. In: *Holanda*, Sérgio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1969, tomo II, v.3. pp.189-219.

BETHEL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravo no Brasil: A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravo*. Tradução de Vera Nunes Neves Pedrosa. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão e Cultura/EDUSP, 1976.

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/



USP. Departamento de História. São Paulo: USP, 1982 (mimeografado).

BRUNN, Gerhard. Deutschland und Brasilien (1889-1914). Köln: Böhlau, 1971.

CALÓGERAS, J. Pindia. Formação Histórica do Brasil. 7.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1967.

CAMPOS, Pedro Moacyr. Brasil – Alemanha. In: Holanda, Buarque Sérgio de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1971, tomo II, v.4, pp.216-234.

CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: Holanda, Buarque, Sérgio de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: DIFEL, 1971 tomo II, v.4, pp.85-140.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.

CANSTATT, Oskar. Brasilien: Land und Leute. Berlin: Ernst Siegried und Sohn, 1877.

CARNEIRO, J. Fernando. Imigração e colonização no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. A formação das almas. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Ana Célia. As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. 2.ed. São Paulo: Livraria Ed. Ciências Humanas, 1982.

\_\_\_\_\_. Da Monarquia à República: Momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da emancipação política. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1973, pp.64-125.

\_\_\_\_\_. O escravo na grande lavoura. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira, São Paulo: DIFEL, 1969, tomo II, v.3, pp.135-144.

CRAIG, Gordon A. Geschichte Europas im 19. und 20. Jahrhundert 1815-1914. Tradução de Marianne Hopmann. München: Verlag C. H. Beck, 1979, v.1.

DAVATZ, Thomaz. Memórias de um colono no Brasil (1850). Tradução de Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. Tradução de Octavio Mendes Cajado. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1971.

DELHAES-GUENTHER, Dietrich von. Industrialisierung in Südbrasilien. Die Deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul. Köln: Verlag Böhlau, 1973.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda, 2005.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: EDUSP/FDE, 1995.

\_\_\_\_\_. Negócios e ócios. História da imigração. Companhia das Letras 2000.

\_\_\_\_\_. Expansão do café e política cafeeira. In: Fausto, Boris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977, tomo III, v.1, pp. 195-248.

FORJAZ, Djalma. O senador Vergueiro: sua vida e sua época (1788-1859). São Paulo: Oficina do Diário Oficial, 1924.

FOUQUET, Carlos. O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil: 1808-1824. São Paulo/São Leopoldo: Instituto

Hans Staden/Federação dos Centros Culturais 25 de julho, 1974.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho: Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREITAS, Décio. Mitos da imigração. Rio de Janeiro: Ed. Zero Hora, 1994.

FREITAS, Sonia Maria de. O café e imigração. São Paulo: Saraiva, 2003.

FUNKE, Alfred. O Brasil e a Alemanha (1822-1922.) Berlim: Internacjonal Verlag, 1923.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 10.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. In: Revista Locus: UFJF, 2009, v.15, n.1, pp.171-186. Disponível em: [www.ufjf.br/locus](http://www.ufjf.br/locus).

GERTZ, René. O perigo alemão. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. São Paulo: Ática, 1980.

GÖRTEMAKER, Manfred. Geschichte der Bundesrepublik Deutschland von der Gründung bis zur Gegenwart. Frankfurt: Fischer, 2000.

HALL, Michael McDonald. The Origins of Mass Immigration in Brazil 1871-1914. Columbia University. Tese de Doutorado, 1969.

HENNING, F. W. Landwirtschaft und ländliche Gesellschaft in Deutschland: 1750-1976. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 1978.

HOBSBAWN, Eric J. A era das revoluções (1789-1848). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_ A era do Capital (1845-1875). Tradução de Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOFFMANN, Walther G. Das Wachstum der deutschen Wirtschaft seit der Mitte des 19. Jahrhunderts. Berlin-Heidelberg-New York: Springer Verlag KG, 1965.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. As colônias de Parceria. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1969, t II, v.3, pp.245-260.

HOLLOWAY, Thomas H. Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo: 1886-1934. Tradução de E. Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HÖRMEYER, Joseph. O que Jorge conta sobre o Brasil. Trad. de Bertholdo Klinger, Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1966.

HUNSCHE, Carlos Henrique. Imigração alemã no Brasil. In: História da imigração no Brasil. As famílias. São Paulo: Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 1924.

HUTTER, Lucy Maffei. Imigração italiana em São Paulo (1880-1889). São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1972.

JUST, Michael. Auswanderung und Schiffahrtsinteressen. Stuttgart: Franz Steine Verlag, 1992, v.5. (Von Deutschland nach Amerika).

KUNDT, Walter. Brasilien und seine Bedeutung für Deutschland, Handel und Industrie, Berlin, 1903.

QUINTAS, Amaro. O sentido social da Revolução Praeira, 5. ed. Recife: UFPE/Ed. Universitária, 1977.

KOTHE, Mercedes Gassen. Die deutsche Auswanderung nach Brasilien 1890-1914. Inauguraldissertation Philosophische Fakultät Universität Rostock, 1991.

KUDER, Manfred. Die wirtschaftliche, soziale und kultu-

relle Bedeutung der deutschen Einwanderung für Brasilien. In: Geographische Rundschau. Braunschweig. Ano, 6, v.12, pp. 445, 1954.

LEITE, Dante Moreira. O caráter nacional brasileiro. 5.ed. São Paulo: Ática, 1992.

LEITE, Joaquim da Costa. O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. In: Revista Análise Social. Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Lisboa, 1991, v.XXVI, pp.741-752. Disponível em: [http//analisesocial.ics.ul.pt](http://analisesocial.ics.ul.pt).

LISBOA, Karen Macknow. Olhares alemães sobre a imigração no Brasil: imperialismo, identidade nacional e germanismo. In: Revista Espaço Plural. Paraná: Unioeste, 2008, ano IX, n. 19, pp. 95-104. Disponível em: [http// http//e-revista.unioeste.br](http://http//e-revista.unioeste.br).

LORENZ, Stella. Processos de purificação: expectativas ligadas à migração alemã para o Brasil (1880-1918). In: Revista Espaço Plural. Paraná: Unioeste, 2008, ano IX, n.19, pp. 29-37. Disponível em: [http//e-revista.unioeste.br](http://e-revista.unioeste.br).

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. UFRGS, 1999.

MARAM, Seldon Leslie. Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920. Tradução de José Eduardo Ribeiro Moretzsohn. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARLOW; Sérgio Luiz, Moreira, Vânia Maria Losada. Identidade(s) no Estado Novo: a nacionalização e os teuto-brasileiros. In: Revista Agora. Vitória: UFES, 2007, n.6, pp.1-17. Disponível em: [www.ufcs.br/pphis/agora](http://www.ufcs.br/pphis/agora).

MARSCHALCK, Peter. Deutsche Überseewanderung im 19. Jahrhundert. Stuttgart: Ernst Verlag, 1973.

MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil Agrário. São Paulo: Ed. Livraria Pioneira, 1973.

\_\_\_\_\_. O cativo da terra. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.

MATHIES, Otto. Hamburg Seeschiffart und Seehandel. In: Die deutsche Wirtschaft und ihrer Führer. Gotha, 1928, v.V, pp. 5-128.

MENDES, Simoni. Nacionalismo e assimilação étnica alemã em Santa Catarina. In: Revista Santa Catarina em História. Florianópolis: UFSC, 2009, v.1, n.1, pp.36-44. Disponível em: <http://seer.cfh.ufsc.br>.

MÖNCKMEIER, Wilhelm. Die deutsche überseeische Auswanderung. Jena: Gustav Fischer, 1912.

MOTTA, Mauro. História em Rótulos de Cigarros. 2.ed. Recife, 1971.

MÜLLER, Fr. Ursache und Wirkung der deutschen Auswanderung im Neunzehnten Jahrhundert. Rudolstadt, 1847.

NASCIMENTO, Luiz do. Die Zweite Kaiserzeit Brasiliens im Spiegelbild der deutsch-brasilianischen Handelsbeziehungen (1840-1888). Inaugural-Dissertation der Philosophischen Fakultät. Friedrich-Alexander-Universität. Erlangen/Nürnberg, 1983.

NIPPERDEY, Thomas. Deutsche Geschichte: 1866-1918, München: Verlag C. H. Beck, 1990, v.2.

NORMANO, J. F. Evolução econômica do Brasil. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

OBERACKER Jr., Carlos H. A contribuição teuta à formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Presença, 1985.

\_\_\_\_\_. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira, tomo II. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1969, v.3, pp. 220-24.

\_\_\_\_\_. Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In:



Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Europeia. 3. ed. São Paulo: DIFEL, 1970, tomo II, v.1, pp.119-134.

\_\_\_\_\_. Jorge Antônio von Schaffer. criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Brasil dos imigrantes. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

PELLANDA, Ernesto. A colonização germânica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1925.

PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PETRONE, Maria Theresa Schorer. Imigração assalariada. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1969, tomo II, v.3, pp.274-296.

\_\_\_\_\_. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1892.

PINTO, Olivério M. Oliveira. Viajantes e naturalistas. In: Holanda, Sérgio Buarque (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1969, tomo II, v.3, pp. 444-466.

PINTO, Virgílio Noya. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em perspectiva. 4. ed. São Paulo, DIFEL, tomo II, v.3, 1973, pp.126-145.

PORTO, Aurélio. O trabalho alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Estabelecimento Gráfico Santa Teresinha, 1934.

RINKE, Stefan. Auslandsdeutsche no Brasil (1918-1933): Nova emigração e mudança de identidades. Tradução de Stefano Paschoal. In: Revista Espaço Plural. Paraná: Unio-

este, 2008, ano IX, n. 19, pp. 39-48. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>.

RITTER, Gerhard A. e Kocka, Jürgen (Org.). Deutsche Sozialgeschichte: 1870-1914, Band II. München: Verlag C. H. Beck, 1977.

ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, 2 vols.

RUHE, Rudolf. Die Beziehungen Günther Froebels zu Hermann Blumenau und die Auswanderung nach Brasilien. Rudolstädter Heimathefte, v. 10, 1976, pp. 65-69.

RÜBBERDT, Rudolf. Geschichte der Industrialisierung. München: Verlag C. H. Beck, 1972.

SANTOS, Maria da Guia. Außenhandel und industrielle Entwicklung Brasiliens unter besonderer Berücksichtigung der Beziehungen zu Deutschland (1889-1914). München: Wilhelm Fink, 1984.

SEYFERTH, Giralda. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

\_\_\_\_\_. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora Unb, 1990.

\_\_\_\_\_. Os imigrantes e a campanha de nacionalização. In: Pandolfi, Dulce (Org.). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVIA, Cristina Lambert Siriani. Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital 1827-1889. São Paulo: DAES/IMESP, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: Fausto, Boris (Org.). História Geral da

Civilização Européia. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1977. tomo III, v.1, pp.347-390.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário na Primeira República. In: Mota, Carlos Guilherme (Org.). Brasil em Perspectiva. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1973, pp.162-226.

TRENTO, Angelo. Miséria e esperanças: a emigração italiana para o Brasil: 1887-1902. In: Roio, José Luiz del (Org.) Trabalhadores no Brasil: imigração e industrialização. Tradução de Ivan Esperança Rocha. São Paulo: Ícone/Edusp, 1990, pp.15-40.

TOLLENARE, Louis François de. Notas Dominicais (1816-1818). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VOGT, Martin. Deutsche Geschichte von der Anfängen zur Gegenwart. Frankfurt: Fischer, 2002.

VOGT, Olgário Paulo. O alemanismo e o “perigo alemão” na literatura da primeira metade do século XX. In: Revista Signo. Santa Cruz do Sul: UFSC, v.32, n.53, pp.225-258. Disponível em: <http://online.unisc.br>.

WEISSHEIMER, Egídio. Imigração alemã no Brasil, parte I, II, III. Disponível em: <http://www.mluther.org.br>.

WILHELM, Abel. Massenarmut und Hungerkrise im vorindustriellen Deutschland. 2.ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1977.

WILLEMS, Emil. A aculturação dos alemães no Brasil. São Paulo. Companhia Ed. Nacional, 1946.

WOLF, Wilhelm. Deutsche Einwanderer in São Leopoldo 1824-1937. Neustadt, 1964.